



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0164/03	DATA: 26/03/03
INÍCIO: 10h18min	TÉRMINO: 13h56min	DURAÇÃO: 03h38min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h37min	PÁGINAS: 68	QUARTOS: 44
REVISÃO: Carla, Cássia Regina, Luciene Fleury, Tatiana, Waldecíria		
SUPERVISÃO: Letícia, Maria Luíza, Neusinha		
CONCATENAÇÃO: Letícia		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MÁRCIO THOMAZ BASTOS - Ministro da Justiça

SUMÁRIO: Debate sobre as prioridades do Governo para o Ministério da Justiça.

OBSERVAÇÕES

Há intervenção inaudível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Declaro abertos os trabalhos da presente reunião de audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

O Deputado Eduardo Paes apresentou requerimento convidando o Ministro da Justiça, Sr. Márcio Thomaz Bastos, a vir à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados falar sobre os pontos que considera prioritários no âmbito da sua Pasta, em especial as questões relativas à segurança pública no Estado do Rio de Janeiro e em todo o Brasil, tendo S.Exa. aceitado o convite.

Designada esta audiência pública para a data de hoje, informo aos colegas que a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico aprovou requerimento no mesmo sentido.

Não podemos realizar a reunião em conjunto, porque o tema central da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação diz respeito às prioridades do Ministério da Justiça — segurança pública é uma de suas prioridades, mas existem outras.

Em conversa com o Presidente da Comissão de Segurança Pública, Deputado Moroni Torgan, que está presente — convido S.Exa. para fazer parte da Mesa —, resolvemos fazer esta audiência em duas fases: meia audiência da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e meia audiência comum.

Sr. Ministro Márcio Thomaz Bastos, agradecemos a V.Exa. por ter aceitado o convite desta Comissão.

Iremos seguir o Regimento, e não poderia ser de outra forma. V.Exa. disporá de trinta minutos para falar sobre suas prioridades na Pasta do Ministério da Justiça.

Informo a V.Exa. que esta reunião está sendo transmitida ao vivo, pela *TV Câmara* e pela *TV Senado*, para todo o Brasil.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** – Sr. Presidente, permite-me V.Exa. um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** – Desculpe-me, Sr. Presidente, mas não entendi bem a metodologia. Teremos meia audiência da Comissão de Segurança Pública, meia audiência da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação?



Já que o tema é comum e havendo na Casa a tradição de reuniões conjuntas — de três, quatro, cinco Comissões —, parece-me que o melhor seria ouvirmos a exposição do Sr. Ministro e em seguida fazermos as perguntas, seguindo um critério de alternância: um Deputado da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e em seguida um da Comissão de Segurança Pública. Talvez seja a melhor forma. Não entendi bem essa possível divisão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Vou explicar. A metodologia que estou propondo é a mesma de V.Exa. A reunião de audiência pública será conjunta, mas vamos separar os temas, do ponto de vista do questionamento, de tal forma que haverá lista de inscrição para temas gerais do Ministério da Justiça e para o Sistema de Segurança Pública.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Está esclarecido.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – A lista de inscrição se encontra na mesa. Os Srs. Deputados podem inscrever-se com a nossa Secretária.

Em conversa com o Ministro Márcio Thomaz Bastos, chegamos à conclusão de que faremos uma bateria de cinco indagações. Em seguida, S.Exa. irá respondê-las.

Tenho a honra de passar a palavra ao Ministro da Justiça, Sr. Márcio Thomaz Bastos, para suas considerações, pelo tempo de trinta minutos.

**O SR. MINISTRO MÁRCIO THOMAZ BASTOS** – Sr. Presidente, Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, Sr. Presidente Moroni Torgan, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, é uma grande emoção falar para este Plenário. Vejo muitos rostos conhecidos e amigos de outras lutas, de outros tempos, alguns ícones da minha geração, como o Ministro Ibrahim Abi-Ackel. Olhando um pouco mais alto, externo a emoção de um cidadão da província de São Paulo ao vir falar pela primeira vez ao Congresso Nacional, fonte nascente da soberania do País, que representa a totalidade da Nação brasileira e exerce — como vem fazendo sempre e tantas vezes — fundamental papel na construção da democracia.

Não considero exatas as afirmações de que o Governo esteja reagindo ao crime organizado. Efetivamente, o projeto do Governo Luiz Inácio Lula da Silva para



o Ministério da Justiça, desde antes das eleições, desde antes da vitória, desde muito antes da posse, privilegiou alguns aspectos, como a reforma do Judiciário, parte daquilo que entendemos ser fundamental para o Brasil neste momento: a reconstrução das instituições republicanas.

Muitas vezes se diz que o Brasil tem problema normativo em matéria penal. Discordamos, porque entendemos ser o problema fundamentalmente institucional. Não se trata simplesmente de fazer modificações nas leis penais a cada crise. Não se trata de construir novos tipos penais ou processuais penais a cada pane. É preciso, efetivamente, enfrentar a questão dos instrumentos do Estado para transformar a realidade brasileira relacionada a todo o panorama do Governo, especialmente no que tange à segurança pública.

Em nossa opinião, mais importante do que mudar a lei, do que aumentar as penas, do que endurecer o regime penitenciário é modificar os instrumentos do Estado para atuar contra o crime organizado. É nesse sentido que menciono a locução: reconstruir as instituições republicanas. Quais são elas, no que diz respeito à segurança? As polícias, o Poder Judiciário e o sistema prisional. A nosso ver, não adianta lutar contra o crime organizado, a pena de morte, a prisão perpétua, aumentar as categorias de crimes hediondos, se, por outro lado, não investirmos na reconstrução racional para tornar eficazes as polícias, o Poder Judiciário e o sistema prisional.

Essa foi a plataforma do Governo do Presidente Lula. Muito antes da eleição foi apresentado no plenário do Congresso Nacional projeto de segurança pública, resultado de muitos meses de trabalho, de várias sessões e audiências. O projeto era orgânico, articulado e mereceu na ocasião os melhores e mais altos encômios de todos os partidos desta Casa.

Lula ganha a eleição. Depois da posse, logo no dia 1º de janeiro, começamos a implantar esse plano de segurança, muito antes dessas tentativas de avassalamento do crime organizado que estão ocorrendo. É um plano articulado, lógico, que visa criar um sistema único de segurança no Brasil, respeitando a autonomia dos entes federados, mostrando a eficácia e a necessidade de se trabalhar com padrões comuns, com cadastros que conversem entre si, com sistemas lógicos de combate ao crime organizado.



Do dia 1º de janeiro até hoje dezoito Estados já foram contatados. O Governador Aécio Neves lançou ontem um plano de segurança estadual em colaboração com o Ministério da Justiça — colaboração ativa e forte, que segue as linhas básicas do nosso plano. No Espírito Santo, antes de ocorrer a tragédia com o juiz, já funcionava gabinete integrado de gestão da segurança pública, que vinha obtendo resultados significativos na luta contra o crime organizado, com prisões, desmantelamentos, cortes de cabeça — para usar expressão um pouco forte do nosso eminente Presidente ontem na televisão. Em São Paulo, estamos trabalhando com o Governador Geraldo Alckmin. O fato é que dezoito Estados já estão se integrando ao nosso sistema de segurança.

Quais foram as primeiras providências? Esse plano não é um milagre, não é uma obra perfeita, acabada, pronta. É um projeto auto-ajustável, que vai sendo modificado na medida da sua realização. Estamos fazendo isso em todos os Estados da Federação. Temos reuniões marcadas com os Secretários de Segurança para o próximo mês de abril. Elas serão mostradas em todo o Brasil, na tentativa de induzir os Estados a aderirem a esse sistema, a essa lógica, para que o Ministério da Justiça não continue trabalhando como antes.

O Ministério da Justiça, em relação à segurança e ao sistema penitenciário, tem duas Secretarias fundamentais: a Secretaria Nacional de Segurança Pública e a Secretaria Nacional de Justiça.

Como vinham funcionando essas Secretarias? Como grandes tesourarias, como depósitos de dinheiro, que recebiam acriticamente projetos — algumas vezes muito bons — dos Estados e os atendiam sem planejamento, o que causava grande desperdício, muitas vezes. Localizamos vários casos no Ministério da Justiça em que Governos Estaduais, providos da melhor das intenções, fizeram bons projetos para ações eficazes, mas acabou havendo desperdício por falta de planejamento.

Então, a nossa idéia é trabalhar ativamente tanto no departamento penitenciário, na Secretaria Nacional de Justiça, quanto na Secretaria Nacional de Segurança Pública. Esse trabalho está sendo feito desde o começo do Governo, e até antes.

Desejo mencionar ainda algumas outras questões que me parecem importantes. Para usar uma linguagem aristotélica, a causa final do crime organizado é o dinheiro acumulado e a possibilidade de lavagem desse dinheiro. Se



nós, Governo e sociedade, conseguirmos impedir a lavagem de dinheiro no Brasil, estaremos tirando essa causa do crime organizado. Ninguém se organiza, ninguém faz violência, ninguém corre os riscos do tráfico de drogas, de armamentos ou de seres humanos se não tem como trazer de volta, legalizado, o dinheiro.

E o que encontramos no Brasil, quando tomamos posse? O COAF, que funciona no Ministério da Fazenda — é um conselho, não é um órgão executivo de recuperação de ativos financeiros. Tanto que, de 1998 — quando foi instaurado, por ocasião da promulgação da Lei de Lavagem de Dinheiro, como um conselho que reunia Banco Central, Polícia Federal, Receita Federal e vários outros organismos — até hoje, ele fez menos de seiscentas comunicações a respeito de lavagem de dinheiro. Esse chocante número mostra, por si só, a deficiência desse conselho incipiente. Hoje, em qualquer país, fazem-se, em duas horas, milhares de notificações. Em todos os países que combatem fortemente o crime organizado pela sua causa final — a lavagem de dinheiro —, os bancos têm computadores e, por meio de gráficos, na hora em que há um corcovo, uma curva, aquela comunicação sai automaticamente para o Ministério Público. Depois, o cidadão vai explicar qual foi o motivo daquele aumento súbito na sua conta corrente e qual a origem do dinheiro. Na Suíça, tive oportunidade de ver um banco fazer milhares de notificações numa manhã. Eles abrem o computador e vão fazendo essas notificações, que são automáticas. No Brasil, fizemos seiscentas notificações em cinco anos.

Então, é necessário criar urgentemente — já está sendo providenciado — um braço executivo para o COAF. Pretendemos que esse braço executivo fique no Ministério da Justiça e reúna multidisciplinarmente a Receita Federal, a Polícia Federal, os órgãos de inteligência da ABIN, enfim, todos os serviços do Estado, criando eficaz órgão que possa começar a implantar a cultura dos organismos. No Brasil não temos uma cultura dessa delação. Acontece freqüentemente, na prática, de os bancos não notificarem, embora sejam obrigados a fazê-lo, porque não construímos essa cultura, essa consciência da necessidade de fazer a comunicação, fundamental arma contra o crime organizado. Só conseguiremos isso por meio de organismo eficiente, que obedeça a princípios e a padrões internacionais, tais como os utilizados em todo o mundo. Não adianta tentar inventar a roda.

O Ministério da Justiça dispunha de pequeno setor extremamente eficaz na questão da cooperação internacional. Fizemos diversos contatos, nos outros



Governos inclusive, com várias presenças, vários acordos de cooperação internacional, porque essa luta é internacional. É impossível fazê-la de forma nacionalista. Não podemos criar um “COAFBRAS”. Temos de criar um órgão que saiba que sua luta só tem sentido e eficácia na medida em que se espalhe pelo mundo inteiro e se articule com esses organismos de cooperação internacional. Esse trabalho está sendo feito desde o primeiro dia do Governo, repito. E não é trabalho fácil. Construir um órgão como esse praticamente de uma experiência precária, como a do COAF, vai tomar grande parte deste ano, para que funcione com força e obtenha resultados. Isso está sendo trabalhado no Ministério da Justiça com muito cuidado. O Ministério da Fazenda está de acordo. Estamos fazendo uma cooperação para construir esse órgão e trazê-lo para o Ministério da Justiça.

O sistema penitenciário brasileiro trabalhava igualmente nesse esquema de tesouraria; ou seja, o Governo Federal recebia os pleitos dos Estados e, sem nenhum planejamento e visão crítica ou sistêmica, dava ou não o dinheiro para construir penitenciárias ou presídios, ou para construir casas de custódia. Agora estamos mais seletivos, organizando-nos para efetivamente prover o País de sistema penitenciário que inclua penitenciárias federais. Há presos federais, que precisam ficar em penitenciárias federais, e não temos nenhuma. Se recebêssemos — por um absurdo — doação de uma penitenciária federal, não teríamos como administrá-la, porque não temos nenhum guarda penitenciário federal.

Então, logo no início, há duas semanas, antes de começar a escalada de crime organizado, com a tragédia da morte dos juízes, o Governo Lula, por meio de medida provisória, praticamente dobrou o efetivo da Polícia Federal.

A Polícia Federal, no Brasil, contava com aproximadamente 7 mil homens. Em 1975, houve um estudo de racionalização da Polícia Federal e se chegou à seguinte conclusão: dez anos depois, ou seja, em 1985, ela deveria ter 15 mil homens, no mínimo. E, em 2002, tinha pouco menos de 7 mil. O Presidente, mostrando ser isso prioridade, gênero de primeira necessidade no seu Governo, assinou medida provisória aumentando em 70% o efetivo da Polícia Federal, incluindo delegados, técnicos, peritos, agentes e papiloscopistas. Além disso, assinou outra medida provisória, na mesma data, criando quinhentos cargos de guardas penitenciários federais, hoje indispensáveis na luta contra o crime organizado.



O que acontece nas cadeias estaduais não é a corrupção do guarda singelamente. É um sistema de pinça, porque, quando o guarda é conhecido, quando fica ali muito tempo, tomando conta daquele presídio, recebe a oferta da corrupção ao lado da ameaça contra sua família. Isso é absolutamente irresistível. Não há quem possa resistir a um tipo de oferta em que o sujeito chega e diz: *“Eu preciso de cinco celulares, está aqui o dinheiro, mas se você não me der os cinco celulares, eu sei onde estudam os seus filhos, eu sei onde sua mulher trabalha”*.

Então, é fundamental para nós a carreira de guarda penitenciário federal, de guardas treinados e providos de relativo anonimato — não se pode, evidentemente, colocar máscara nos guardas — e de um rodízio, de modo que os *capos*, os chefes do crime organizado, que costumam fazer das cadeias seus escritórios de negócios, não saibam nada a respeito da família desses guardas.

Temos autorização para contratar imediatamente duzentos guardas penitenciários. Estamos recrutando as pessoas que o Exército dispensa depois de nove anos, para que não adquiram estabilidade — soldados e cabos, que são treinados, que conhecem armas, que têm noção de disciplina e de vida marcial. Vamos dar-lhes rápido treinamento, a fim de que comecem a operar em nossas primeiras penitenciárias federais.

Temos a perspectiva — já concretizada — de federalizar um presídio. Acertamos ontem com um Governador — ainda não posso revelar o nome, porque não fechamos o negócio — a federalização de um presídio. Já houve estudos a respeito e em trinta dias esse presídio se tornará de segurança máxima. Os engenheiros do departamento penitenciário do Ministério da Justiça já estão trabalhando nesse sentido. De modo que, no máximo em quarenta dias já teremos a prisão de segurança máxima e os guardas de presídios treinados, anônimos.

Temos um projeto de penitenciária de segurança máxima em fase executiva — projeto de presídio inexpugnável, que incorpora todas as últimas técnicas. Não existe nenhum presídio igual no Brasil. Já temos verba e iremos construí-lo rapidamente.

O segundo presídio terá duzentas vagas — vamos receber o primeiro por meio de processo de federalização —, sendo quatro alas de cinquenta vagas absolutamente inatingíveis, de onde não entra e não sai nada, e deverá estar pronto





em, no máximo, um ano. Mas temos um presídio para operar imediatamente, dentro de quarenta dias.

Outra questão que tem ocupado o Ministério da Justiça, saindo um pouco do tema de segurança, diz respeito à fluência do regime capitalista. Então, trouxemos para a Secretaria de Direito Econômico equipe muito preparada, muito forte, que está trabalhando nas duas pontas pelas quais o regime pode funcionar sem tropeços: na ponta da concorrência e na ponta do consumidor.

Estamos fazendo intenso trabalho de reestruturação dessa Secretaria, que foi encontrada um pouco desorganizada. Estamos organizando-a, para que tenha condições de funcionar com absoluta eficiência. Dos processos que tramitavam na Secretaria, principalmente no Departamento do Consumidor, 30% prescreveram por falta de movimentação, de despachos ordinatórios.

Quanto à reforma do Judiciário, o Governo tem visão muito clara sobre a questão, fundamental até para a luta contra o crime organizado ou qualquer outro tipo de crime, para a construção da cidadania brasileira, da democracia de massas, em que a maioria das pessoas tem acesso aos bens fundamentais da vida — pelo menos, que tenhamos um Poder Judiciário democratizado, acessível ao povo, rápido e mais barato.

Pretendemos fazer uma reforma radical, ambiciosa, que aproveite e recupere todo cabedal de experiências — vejo aqui Deputados que foram Constituintes — adquiridas no Congresso Constituinte, nas associações de juízes, no Ministério Público, nas associações de advogados. Inclusive, há um projeto que tramitou nesta Casa desde 1992 e hoje se encontra no Senado Federal. Vamos usar toda a riqueza teórica e reflexiva, mas também fazer investimento bem intenso em gestão, planejamento, treinamento de pessoal, informática, de modo que se consiga diminuir o tempo de tramitação dos processos. É absolutamente insuportável viver num país em que uma revisão leve dois anos e meio para ser distribuída ao Tribunal de Justiça de São Paulo, em que uma execução hipotecária ou uma execução por quantia certa leve cinco, seis, até sete anos. Isso é ruim não só para a cidadania, mas para os negócios, porque aumenta o Custo Brasil. Os bancos, quando encontram um devedor inadimplente e levam sete anos para executar uma hipoteca ou uma quantia certa, não assumem esse ônus, não pagam esse custo. Eles o



distribuem e isso passa a fazer parte do Custo Brasil, com implicações na taxa de juros do País.

Portanto, tão fundamental como qualquer outra medida de combate ao crime é a reforma radical do Poder Judiciário.

Nós, da Esquerda, por muito tempo, tivemos dificuldade de lidar com o tema da segurança — estava ligado à Segurança Nacional, à repressão, à violência contra o povo.

Felizmente, a distância entre a ditadura militar e a massa crítica, que vivemos ao longo de todos esses anos, a experiência democrática, a experiência do Parlamento nos deram a consciência de que esse não é um problema dos ricos, da burguesia, de uma forma de dominação, mas da população como um todo, principalmente daqueles que são mais vulneráveis, mais desprotegidos, que não têm condição de resistir por seus próprios meios.

Nas campanhas de 1998 e de 2002, o Presidente determinou que se fizesse forte estudo sobre segurança, que envolvesse a reforma do Poder Judiciário. Esse trabalho está sendo realizado desde o primeiro dia do Governo. Quer dizer, logo depois da vitória das eleições começamos a trabalhar na questão da segurança.

Qual a solução para o crime organizado? Muitas medidas precisam ser tomadas. Não se pode pensar na luta contra o crime organizado sem se pensar na prevenção, nas condições sociais e econômicas do País, na geração de emprego, no fato de não haver distribuição de renda significativa há vinte, trinta anos. Desde 1980 o País não cresce significativamente, de modo a dar vazão a essa plêiade de jovens que querem entrar no mercado de trabalho, porque atingiram a maioridade.

Portanto, essas são tarefas fundamentais e dizem respeito à segurança. Evidentemente, não podemos esperar que esses fatores aconteçam para lutar contra o crime organizado. Temos um programa forte, intenso, que está sendo posto em prática desde o primeiro dia de governo.

Trouxemos à consideração do Congresso Nacional emenda aglutinativa — e recolhemos várias contribuições de setores interessados no assunto —, que resultou num projeto equilibrado, que endurece o regime disciplinar dos criminosos perigosos, das quadrilhas, daqueles que, com dinheiro, fazem da cadeia o seu escritório de negócios, de comando da tortura, ao mesmo tempo em que amolece em relação àqueles que não precisam estar na cadeia.



Há uma questão que não está em jogo, mas precisa ser repensada: as penas alternativas.

Na semana passada realizamos seminário no Rio de Janeiro e estiveram presentes ingleses especialistas em penas alternativas; inclusive uma baronesa da Rainha da Inglaterra, a maior especialista em penas alternativas no Reino Unido.

Na Inglaterra, 80% dos processos criminais terminam em penas alternativas. Só que os ingleses têm um sistema de fiscalização para esse tipo de pena. O sujeito é condenado a passar dois anos limpando banheiro de hospital, e passa dois anos limpando banheiro de hospital; o sujeito é condenado a não freqüentar certos lugares, e não pode freqüentá-los, pois está sendo fiscalizado.

No Brasil, a Lei de Execução Penal, de 1984, virou ficção, porque estabelece um sistema bem feito de progressão do sistema fechado para o sistema semi-aberto, para o sistema aberto, mas o Estado nunca criou estruturas para isso. Assim, ou o sujeito fica sob o regime de sobrepena, porque tem direito ao sistema semi-aberto e, como não tem lugar para cumpri-lo, fica preso, corrompendo-se, degradando-se, revoltando-se, ou vai direto para a rua, sem estar preparado, sem ter passado por aqueles estágios.

Portanto, a Lei de Execução Penal, no Brasil, virou uma espécie de ficção, porque, salvo em alguns Estados, não existem estabelecimentos próprios para o condenado cumprir o estágio do semi-aberto e, depois, do albergue. Ele passa direto da cadeia fechada para a liberdade, sem usar as perspectivas e possibilidades possíveis.

Esse projeto, que será relatado pelo eminente Ministro Ibrahim Abi-Ackel, segundo informações que tive, trata dessas duas questões. Endurece fortemente de um lado — eu até dizia que estou gastando grande parte do meu crédito na OAB ao patrocinar esse processo, porque ele faz restrições à atuação dos advogados; a minha milhagem da OAB vai acabar — e, de outro, procura facilitar a saída da cadeia de quem não tem de ficar lá, de quem tem de estar fora, não se corrompendo, não se tronando um delinqüente. Efetivamente, o que existe no Brasil é um sistema diabólico de produção de criminalidade em vez de um sistema de combate à criminalidade. Começa na FEBEM, passa pela polícia, pelo Poder Judiciário, chega ao sistema prisional. Um menino com desvio de conduta é levado para a FEBEM, passa pela polícia, pela Justiça, pela cadeia e sai um seqüestrador



que não hesita em matar sua vítima enquanto não receber o resgate. Não há intencionalidade, mas o fato é que isso acontece concretamente no Brasil.

Não nos podemos deixar levar pela idéia de que vivemos uma crise normativa; ela é institucional. Em vez de só mudar as leis, aumentar as penas, criar pena de morte, pena de tortura, o Estado precisa transformar a realidade, destruir essa diabólica linha de montagem de criminalidade que se instalou em todo o Brasil.

Agradeço ao Sr. Presidente, às Sras. e aos Srs. Deputados a atenção com que me ouviram. Peço desculpas pela falta de conexão, mas estou à disposição para fazermos uma reflexão coletiva.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Concederei a palavra aos Deputados inscritos para interpelar o Ministro. Lembro a V.Exas. que poderão fazê-lo estritamente sobre os temas expostos. Inscreveram-se 31 Srs. Parlamentares. O Regimento estabelece o prazo de cinco minutos para cada um. Peço a compreensão de todos no sentido de serem mais objetivos, restringirem o tempo a um limite de três minutos, sem prejuízo das indagações a que cada um de nós tem direito, obrigação e dever de fazer.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ IVO SARTORI** – Sr. Presidente, quero fazer uma sugestão, sem interferir no processo de condução dos trabalhos por V.Exa., no sentido de que um mesmo tema seja incorporado a apenas uma pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – A sugestão de V.Exa. é bem vinda, Deputado.

**O SR. DEPUTADO CELSO RUSSOMANNO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Tem V.Exa. a palavra .

**O SR. DEPUTADO CELSO RUSSOMANNO** – Sr. Presidente, poderíamos formar blocos de três Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Se o Plenário esperar, teremos condições de conduzir os trabalhos. Temos 31 Srs. Parlamentares inscritos para fazer as perguntas. Proponho que restrinjamos o prazo a três minutos, para que todos exerçamos o direito e o dever de interpelar o Ministro. Depois, ouviremos as respostas de S.Exa. A idéia é formarmos seis blocos, cada um com cinco Deputados.



Na condição de autor do requerimento, o Deputado Eduardo Paes tem a primazia da palavra.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES** – Sr. Presidente, agradeço ao Sr. Ministro a presença e saúdo os demais colegas.

Confesso que me emociono por ser autor do requerimento de convite a V.Exa., Sr. Ministro, na sua primeira vinda ao Congresso Nacional na condição de Ministro. Vou até pedir ao Presidente que, pelo Regimento, o autor do requerimento disponha de um pouco mais de tempo para tecer seus comentários. Mas vou tentar ser o mais sucinto possível. Obviamente, tenho uma série de questionamentos a fazer.

Começo com elogios, para depois partir para as cobranças. O Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, encampou a questão da segurança pública e trouxe o problema para o Governo Federal. Tive oportunidade de elogiar essa iniciativa no plenário da Casa, quando, às vésperas do Carnaval, a bancada do Rio de Janeiro esteve com o Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu. Naquele momento, o Presidente tomou uma iniciativa que há muito vinha sendo reclamada, principalmente pela população do Rio de Janeiro: a transferência de Fernandinho Beira-Mar para São Paulo; a entrada do Exército nas ruas, naquele período, para tentar melhorar uma situação crítica. Essa atitude demonstra que o Governo encara a questão da segurança pública como sua, o que também gera conseqüências. Já dizia o Ministro, antes de começar a audiência, que será muito cobrado pelos resultados de tudo o que ocorrer na área de segurança pública em todo o Brasil.

Na verdade, esta convocação tinha o objetivo de tratar da segurança pública no Rio de Janeiro. Os fatos, nas últimas semanas, envolvendo assassinato dos juízes de São Paulo e do Espírito Santo, fazem com que o tema seja tratado em relação a todo o País — é impossível falar apenas do Rio de Janeiro.

Tentarei ser objetivo em alguns questionamentos e pedirei o comentário do Ministro acerca de algumas questões.

Várias medidas foram anunciadas no último mês, no Rio de Janeiro: grupo de elite da Polícia Rodoviária Federal para combater o tráfico, o contrabando de armas; instalação de alambrado no presídio de Bangu; convênio no valor de 40 milhões de reais para qualificar as polícias.



Sobre essa última medida que citei, pergunto: nos dados do SIAF, até a semana passada, não havia qualquer liberação de recursos. Em que pé está a liberação desses 40 milhões de reais? Aproveito para perguntar se o Fundo Nacional de Segurança Pública e o Fundo Penitenciário Nacional entraram nesse grande contingenciamento feito pelos Ministérios do Planejamento e da Fazenda.

Uma série de medidas foi anunciada para o Rio de Janeiro. Além disso, foi anunciado pelo próprio Ministro um programa de reciclagem, que teria início no dia 17 de março, no Rio de Janeiro. Quero saber a quantas andam essas medidas emergenciais anunciadas para tentar resolver os problemas do Rio de Janeiro.

Sr. Ministro, tive o cuidado de me preparar para conversar com V.Exa. Li atentamente o projeto de segurança pública elaborado pelo Instituto da Cidadania e apresentado pelo Presidente Lula como parte do programa de governo para a área. Em alguns momentos, faz-se uma análise do estado de coisas relativas à segurança no Brasil, e isso deixa muito claro que o objetivo — aí abro aspas — é “combater com vigor” os operadores do atacado de tráfico de armas e drogas, é uma tarefa prioritária de uma política de segurança pública democrática.

Esclareço que, inicialmente, o nosso objetivo era ouvir também o Secretário Nacional de Segurança Pública, Dr. Luís Eduardo Soares, do Rio de Janeiro. Em diversas manifestações o Secretário, ao longo do tempo, deixa claro que o tráfico de armas é muito mais grave do que a própria questão do narcovarejo. Na minha opinião, parece que essas duas questões estão bastante associadas. Diria até que o narcotráfico e o narcovarejo são conseqüência/origem do tráfico de armas. Portanto, esses operadores do atacado devem ser combatidos.

Qual a prioridade do Ministério e da Secretaria Nacional de Segurança Pública a respeito do assunto?

Creio que é fundamental avisar ao Ministro sobre a importância do que S.Exa. chama de reconstituição das instituições republicanas. A cada crise no País, há anos, surge uma nova idéia sobre um projeto de lei, sobre uma legislação. É claro que alguns pontos devem ser mudados, mas sabemos que os instrumentos de ação do Estado já seriam suficientes para combater a criminalidade.

Lembro que no Rio de Janeiro — não sei se é do conhecimento do Sr. Ministro — cinco Varas Criminais foram fechadas por falta de trabalho, nos últimos



dois anos. Portanto, o problema certamente não é da legislação existente. É claro que mudanças devem ser feitas.

Ao analisar o programa de Governo na área de segurança pública, constatei que outra questão precisa ser melhor esclarecida.

Diz o projeto, *ipsis litteris*:

*“O atual sistema dualizado de polícia, com instituições de ciclo incompleto, está esgotado e é ineficiente para coibir e inibir a criminalidade. A partir desta convicção, o Projeto de Segurança Pública do Instituto da Cidadania propõe a criação do Sistema Único de Segurança Pública...”*

V.Exa. falou a respeito do assunto, mas quero entender de que maneira esse sistema único de segurança funcionaria.

Um pouco mais adiante o programa diz que reformas profundas nas instituições policiais dependem fundamentalmente da vontade política dos governantes.

O programa de governo do Presidente Lula sobre segurança pública diz, em seu item 1.2, letra “e”:

*“Do objetivo de utilização dos fundos ligados ao Ministério da Justiça, principalmente o Fundo de Segurança Pública, como fonte potencial de recursos da União para complementação do pagamento, dos vencimentos dos policiais daqueles Estados que tenham dificuldades financeiras para pagar o piso de vencimentos mínimos”.*

Um pouco mais adiante fica claro que essa seria uma tarefa do Governo Estadual. Quero saber se o piso de vencimentos mínimos será definido pelo Governo Estadual ou pelo Governo Federal.

Há outra questão que me preocupa; parece que o Governo já tomou algumas medidas a respeito. Refiro-me à transferência do credenciamento e ao cancelamento de autorizações para empresa de segurança privada — o projeto trata da questão em diversos momentos —, para os Estados e Municípios.



A revista *Carta Capital*, publicada duas semanas atrás, apresenta um quadro um tanto quanto assustador de como anda esse mercado no País, quais suas ligações e riscos. Claro que não é geral, não são todas as empresas. Parece-me que, pelo fato de ser transferido para Estados e Municípios, a tendência é de aumento desses riscos.

Finalmente, quero a opinião do Sr. Ministro sobre duas questões — e também do Secretário Nacional de Segurança Pública, que infelizmente não está presente no momento.

Há cerca de dois anos, o Secretário de Segurança Pública do Governo Garotinho, Sr. Luís Eduardo Soares, publicou um artigo no jornal *O Globo* com propostas ao Sr. Presidente da República.

Peço permissão para lê-lo:

*“Eis o que proponho e submeto ao debate público: que se abra por três meses, com amparo jurídico pertinente, apoiado no amadurecimento das questões técnicas em todo o País, uma porta de saída para todos os envolvidos no mundo do crime que desejam mudar de vida e que não estejam condenados. O contrato entre o programa nacional de anistia, que funcionaria de modo análogo ao sistema de proteção à testemunha, e os candidatos à mudança de vida garantiria nova identidade, emprego, educação e exigiria monitorização permanente em escala nacional para que as trajetórias fossem acompanhadas passo a passo, prevenindo o retorno ao crime. Quem se dispusesse a renunciar ao crime teria de pensar suas ligações e práticas passadas, defrontando-se com a verdade, contribuindo para o esclarecimento dos casos nebulosos que se acumulam. Receberia em troca o perdão e as condições necessárias para que a reconciliação com a sociedade se consumasse. Simultaneamente — e isso é decisivo para que se compreenda o sentido da proposta — estaremos*





---

*fechando cerco em torno dos criminosos, revigorando o trabalho policial de investigação.”*

Naquele momento, o Sr. Luiz Eduardo Soares, na qualidade de Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, no Governo Garotinho, como sugestão ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, defendia que se abrisse uma anistia para os criminosos que estivessem condenados e que eles assumissem um compromisso qualquer de que não voltariam ao crime — cumpririam determinadas tarefas.

Quero ouvir a opinião do Sr. Ministro a respeito do assunto, porque — e agora o Sr. Luiz Eduardo Soares é o responsável pela política nacional de segurança pública — temo que a sugestão feita há dois, três anos venha a ser implementada de fato.

Sr. Presidente, teria outras observações a fazer, mas, em respeito aos demais colegas, concluo minha exposição.

**O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

V.Exa. determinou um rito para esta audiência pública. É preciso que se garanta a democratização do debate. Solicito a V.Exa. que faça com que o tempo de cinco minutos seja respeitado, para que todos possam utilizar a palavra e fazer o seu questionamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Deputado, a Presidência teve certa tolerância com o Deputado Eduardo Paes, porque S.Exa. é o autor do requerimento.

Fiz um apelo no sentido de que não ultrapassem o tempo, mas não posso cassar a palavra dos colegas. Não é do meu feitio agir dessa forma e nunca será. O autor do requerimento tinha dez minutos para fazer suas indagações e utilizou doze. S.Exa., ao iniciar sua fala, disse que seria breve. O que V.Exa. quer que eu faça? Que coloque uma catapulta aqui e a pessoa desça para o subsolo? Não vou fazer isso.

Concedo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Wagner Lago.

**O SR. DEPUTADO WAGNER LAGO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nobre Ministro, prometo ser expedito, apesar da jurisprudência firmada pelo colega. Cumprimento o ilustre Ministro Márcio Thomaz Bastos por ter atendido



ao chamamento dos representantes do povo brasileiro e por ter aceitado o desafio patriótico de participar de um governo que está diante de um Estado literalmente desmontado.

As instituições nacionais praticamente desapareceram. Os serviços do Estado sucumbiram nessa onda que se estabeleceu de uns anos para cá, chamada neoliberalismo, em que há quem proponha até privatização de penitenciárias.

Quero dizer a V.Exa. que a nossa esperança talvez seja do tamanho do desafio que está a enfrentar o Governo. Vivemos em um país que tem a pior divisão de renda do planeta, em que as crianças não estão na escola em tempo integral, a educação não recebe o tratamento que devia, a segurança pública está perdendo espaço para a segurança privada. O Brasil, na verdade, como diz V.Exa., precisa rever — aliás, reconstruir; ou melhor, construir — suas instituições, porque elas foram vilipendiadas.

V.Exa. nos traz esperança, quando trata de algumas medidas que o Governo está adotando, quando diz que é imprescindível uma reforma — o termo é de V.Exa. — radical do Poder Judiciário.

Há pouco tempo a Polícia Federal apreendeu um milhão e meio de reais no escritório da Lunus, no Maranhão. Foi impetrada liminar e os pacotes nunca foram abertos. Agora, decidiram, de mérito, devolver os pacotes lacrados, mesmo tendo os donos do dinheiro dado oito versões para a sua origem e destino. Isso também é crime organizado, Sr. Presidente.

Quero dizer também a V.Exa. que algumas indagações são indispensáveis, diante dessa guerra civil que se instalou, sem tempo para terminar. Ninguém está a salvo do crime organizado — nem V.Exa., que teve assaltado o próprio carro. Há uma inquietação nacional. É imperioso que essas medidas preconizadas pelo Governo sejam adotadas.

Pergunto ao Sr. Ministro, primeiro, quais os critérios para a construção de penitenciárias? Seria nos grandes centros ou longe deles? Qual a opinião de V.Exa. a respeito da descriminalização do tóxico? Seria, vamos dizer assim, um xeque-mate no crime organizado?

Para concluir, manifesto a esperança de que não só V.Exa., mas o Governo, o Congresso Nacional e todo o País colaborem nessa tarefa, que não é de ninguém em particular, mas da Nação. Estamos numa guerra civil. Portanto, temos de



colaborar com a ação legislativa, com a ação executiva e, repito, com a reforma radical do Poder Judiciário, que não tem respondido aos anseios da sociedade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – A Mesa vai alterar o sistema adotado, avisando ao orador que já utilizou os três minutos concedidos.

Seguindo a ordem de inscrição, concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Sr. Presidente, nobres colegas, de antemão quero agradecer ao Ministro por algumas considerações tecidas: criação da guarda penitenciária e criação de 5 mil cargos. Comunico que acabei de fechar acordo com a Liderança para relatar a Medida Provisória nº 112, especialmente sobre a Polícia Federal — ela havia sido relatada no ano passado. Se tivéssemos votado a matéria, hoje V.Exa. teria um contingente de 5 mil homens — solução mais adequada no momento.

Quero ainda parabenizar V.Exa. por utilizar os serviços dos soldados e cabos expurgados do Exército brasileiro, que ficam sem ter o que fazer. Aliás, no ano passado ocorreu esse fato e sugerimos ao Governo Fernando Henrique Cardoso que eles fossem aproveitados. Infelizmente, isso não aconteceu. V.Exa., em algum momento, deve ter visto alguns desses registros.

Tenho duas preocupações. Hoje brincava com alguns amigos pela manhã, antes de V.Exa. chegar, dizendo que todos os nomes que têm aparecido — Fernandinho Beira-Mar, Leonardo Dias Mendonça, Elias Maluco, coronel do Espírito Santo, Valdenor, Marquezan — estão relacionados ao trabalho desenvolvido pela CPI do Narcotráfico. Primeira pergunta: só existem esses? Não vamos mudar o disco?

Ministro, V.Exa. não tem culpa, pois está assumindo o cargo agora. Essa é a angústia de quem ouve falar há quatro anos que a cidade do Rio de Janeiro vai se transformar na Colômbia. Ontem mataram uma criança de 14 anos no metrô do Rio de Janeiro. Nem de metrô se pode andar mais na cidade. Eu e outros Deputados — Moroni Torgan, Celso Russomanno — dizíamos sempre que isso é uma loucura. Mencionaram um plano de segurança que não se efetivou. Fomos ao Presidente Fernando Henrique e não adiantou. Sr. Presidente, integro o PFL, mas aqui não tenho partido. Esse problema está além da representação partidária.



Em primeiro lugar, pergunto a V.Exa. quais as ações emergenciais. Segundo, qual a opinião do representante do Ministério da Justiça sobre os projetos elaborados pela Comissão Mista que, no ano passado, debateu a questão durante sessenta dias — o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh integrava a Comissão —, relatou doze projetos a respeito do Código de Processo Penal, da Lei de Execuções Penais, enfim, a respeito das polícias, da corrupção? Todos os projetos que aparecem nos jornais foram discutidos pela Comissão Mista. Quero saber qual a posição do Ministério da Justiça sobre eles.

Sr. Presidente, o jornal de hoje é igualzinho ao de quatro anos atrás, não mudou nada. Falamos, falamos e nada muda. Estou angustiada mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – V.Exa. está angustiada, mas peço que comprima essa angústia no prazo de três minutos.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** – Estava no Fórum do Rio e ouvi alguns advogados dizerem que havia suspeita de atentado àquele Fórum. Quero saber se é verdade, se houve alguma movimentação, se o Presidente do Tribunal chegou a conversar com V.Exa., ou se não passa de boato.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Com a palavra o Deputado Ney Lopes.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** – Sr. Presidente, cumprimento o Ministro da Justiça, na condição de advogado de província — aliás, a única coisa que deu certo na minha vida e me trouxe estabilidade.

Sempre admirei V.Exa., Sr. Ministro. Acompanhei o seu trabalho no Fórum, na Ordem dos Advogados etc. Ao se falar em insegurança, quero dizer que para mim existe uma segurança: a presença de V.Exa. no Ministério da Justiça. Em razão disso, faço duas considerações de ordem geral e abordo dois aspectos absolutamente pontuais.

A primeira questão diz respeito ao custo do crime. Sempre ouvimos dizer que o crime é decorrência do neoliberalismo, do liberalismo, do capitalismo, da pobreza. Considero essa afirmação um acinte aos pobres, na medida em que eles não são, pela sua condição econômica, agentes de criminalidade.

Ao analisarmos as estatísticas do BIRD, por exemplo, vemos que os custos totais do crime no Brasil são de 168 bilhões dólares — ou seja, 14% do PIB. Nos



Estados Unidos, país desenvolvido, onde há distribuição de renda, são de 1.7 trilhões de dólares — quase 21% do PIB americano.

Então, parece que a questão não é só de ordem econômica. É claro que influi, mas se fôssemos buscar razões ideológicas de sectarismo religioso encontraríamos também muito foco de violência. O problema tem de ser combatido com muita serenidade e equilíbrio, em relação a esse aspecto do custo do crime.

No Brasil, de 2000 para cá, a segurança pública realmente passou a ser um problema do Estado brasileiro — não é mais apenas dos Estados e Municípios. V.Exa. comprovou isso com a exposição que fez do planejamento.

Em razão de ser problema do Estado brasileiro, quero tomar dois artigos da Constituição do Brasil e pedir sugestões a V.Exa. sobre a sua aplicação. O primeiro é o art. 144, § 7º, da Constituição, que atribui à lei a disciplina da organização e do funcionamento de órgãos de segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

Ontem um professor italiano expôs aos Deputados que na Itália há órgão específico para o combate ao crime organizado. Então, teríamos dois tipos de crime, aliás catalogados pelo Prof. Sérgio Adorno, da USP. Seriam eles os crimes conexos — disputa entre quadrilhas pelo monopólio do tráfico — e as graves violações de direitos humanos, execuções, massacres e grupos de extermínio. Não seria o caso de ações específicas do Estado brasileiro, especializando a repressão, o combate e a prevenção nesses dois setores, sem prejuízo de outros? Até porque a Constituição brasileira dá apoio a isso, no art. 144, § 7º.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero trazer um fato que pode surpreender alguns. Um dos exemplos mais edificantes, mais positivos no combate à criminalidade não é Nova Iorque, mas a Colômbia. Sei disso por conta da minha militância como Presidente do Parlamento Latino-Americano. Vem se desenvolvendo na Colômbia, de dois ou três anos para cá, eficiente combate à criminalidade — não à criminalidade de guerrilha —, sobretudo em Bogotá. O total de mortes violentas, por exemplo, foi reduzido em 51%, de 1994 para cá. A Organização Mundial de Saúde está premiando Bogotá como modelo de política pública de combate à violência.

Na verdade, o que a Colômbia está fazendo nada mais é do que a aplicação também de um dispositivo constitucional que temos, que diz que a segurança



pública é responsabilidade de todos e não apenas do Governo. É o caso da municipalização da segurança pública e, para ser mais específico, da polícia comunitária. Seriam ações que coordenariam a prevenção e a repressão, desde que coordenadas por uma lei que pode ser federal, sem prejuízo de os Estados legislarem em caráter suplementar, porque a Constituição assim o permite. Com certeza, a partir de exemplos altamente positivos, como esse de Bogotá, teríamos resultados concretos, desde que houvesse uma ação que partisse do Governo Federal.

As duas questões pontuais que deixo registradas são: primeiro, a criação de dois órgãos, a princípio, sem prejuízo de outros, com responsabilidades específicas em âmbito nacional, para combater o crime organizado, que seria a disputa entre quadrilhas e as violações de direitos humanos, a exemplo do que a Itália vem fazendo; segundo, uma política aberta de estímulo à polícia comunitária — seria a municipalização da segurança. Nova Iorque teve a Tolerância Zero, que também foi positiva, mas Bogotá, cidade onde já morreram em atentado três Presidentes e dois Ministros de Estado, desenvolveu um trabalho muito bom de combate à criminalidade. Deve haver mobilização do povo, já que a própria Constituição do Brasil, como citei, estabelece que a segurança é também responsabilidade comunitária.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Concedo a palavra ao Deputado Asdrubal Bentes, último inscrito para este bloco.

Informo aos Srs. Deputados e ao Ministro Márcio Thomaz Bastos que esta reunião está sendo transmitida pela *GloboNews* para todo o Brasil, diretamente do Plenário da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

**O SR. DEPUTADO DIMAS RAMALHO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. V.Exa. está seguindo a lista de inscrição da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado ou a da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Acabamos fazendo uma lista única, pela ordem das pessoas que foram inscritas. Já ouvimos, por exemplo, a Deputada Laura Carneiro, que integra a Comissão de Segurança



Pública. Deputado Dimas Ramalho, é uma lista única por ordem cronológica rigorosamente aferida pela nossa Secretaria.

Com a palavra o Deputado Asdrubal Bentes.

**O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES** – Sr. Ministro, a presença de V.Exa. é a esperança de que teremos ações efetivas do Ministério da Justiça. V.Exa. já demonstrou a sua competência e a sua eficiência na nossa querida Ordem dos Advogados do Brasil. Certamente, contará com o apoio da nossa classe para ajudá-lo na difícil missão de comandar o Ministério da Justiça.

Vou ser breve e me ater às declarações do Ministro Nilson Naves, do Superior Tribunal de Justiça. Depois do atentado e da morte de dois juízes — um, em Vitória, no Espírito Santo; outro, em São Paulo —, ele afirma que vivemos um momento excepcional e por isso há necessidade de medidas excepcionais. Também concordo. Na realidade, não estamos mais vendo o cidadão preso atrás das grades de sua casa, mas os próprios Poderes: Judiciário, Legislativo, Executivo. Acabamos de ter notícia da morte desses dois juízes. Vez por outra somos informados da morte de Prefeitos e de Deputados.

Na minha terra, no longínquo Pará, no interior do sul do meu Estado, num Município denominado Rio Maria, um juiz, na semana passada, julgou-se impedido em um determinado processo, declarando textualmente receio de perder a vida. Ora, quando chegamos a esse ponto, creio que é a falência do Estado de Direito. Estamos nesta Casa discutindo e discutindo. Quero, preliminarmente, dizer a V.Exa. que não culpo o atual Governo por este estado de coisas; são erros que vêm se acumulando ao longo de décadas e até de séculos e que estão estourando nos dias de hoje, mas não podemos nos omitir em solucioná-los.

Então, Sr. Ministro, todos os capítulos da Constituição sofrerão reformas. Esta Constituição já é uma colcha de retalhos. Pergunto a V.Exa.: por que não partimos para uma nova Constituição, a fim de que possamos discutir com maior profundidade esses temas e adotar, no momento, medidas emergenciais para a situação excepcional que vivemos?

Existem cláusulas pétreas que não podem ser modificadas por uma simples emenda constitucional. Creio que a discussão tem de ser muito mais profunda. Paliativos não vão resolver a situação, num país continental como o nosso, onde



assentamento para a reforma agrária serve para plantio de maconha e tráfico de drogas, onde reservas indígenas estão acobertando máfias internacionais.

Sr. Ministro, é necessário que haja realmente, da parte do Governo, decisão mais forte, mais eficaz e mais dura, para que possamos restabelecer o Estado de Direito, que, no meu entender, já não existe — vivemos no Rio de Janeiro um guerrilha urbana, vivemos no campo a guerrilha rural. Afinal de contas, queremos que a paz volte ao campo e à cidade. Com certeza, conseguiremos atingir esse objetivo com o trabalho desta Casa, do Executivo e do Judiciário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Tenho a honra de devolver a palavra ao Ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, para suas respostas às indagações feitas pelos Srs. Deputados.

**O SR. MINISTRO MÁRCIO THOMAZ BASTOS** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, eminente Deputado Eduardo Paes, em primeiro lugar, quero dizer que o Dr. Luiz Eduardo Soares, Secretário Nacional de Segurança Pública, não se encontra presente porque está no Espírito Santo participando do trabalho de gestão integrada de segurança, que já vínhamos fazendo no Estado.

Em relação ao Rio de Janeiro, tomamos uma série de medidas, inclusive algumas ações de inteligência que estão sendo feitas pelo Exército e pela inteligência da Polícia Federal, de mapeamento da situação. Além disso, foi constituído um grupo de gestão integrada, composto pelo diretor da Polícia Federal, pelo superintendente da Polícia Federal, pelo secretário e por autoridades do Rio de Janeiro, que estão trabalhando conjuntamente nessa luta.

Os 40 milhões foram uma oferta que fizemos ao Governo. É só da Secretaria de Segurança Pública, não é do Fundo Penitenciário.

Quanto às armas, acredito que esse tráfico seja realmente uma das situações mais sérias. Inclusive, em termos de dinheiro, é o que representa a segunda verba. Primeiro vem o tráfico de drogas; em seguida, o tráfico de armas.

Tomamos medidas emergenciais no Rio de Janeiro, como a de pôr o Exército na rua — manifestamente inadequada, mas que foi tomada para salvar o Carnaval. Depois, o Exército foi retirado, mas não desativado. Estão aquartelados no Rio de Janeiro 1.500 homens, preparados para a eventualidade de nova intervenção do Exército. Eles continuam participando dos trabalhos de inteligência e de solução dos





problemas que vão surgindo nessa situação emergencial de segurança que o Rio de Janeiro vive.

A questão do Judiciário do Rio de Janeiro é importante e vou pedir um minuto para respondê-la.

O Judiciário do Rio de Janeiro realmente foi submetido a um trabalho financiado pelo BID de modernização e investimento em gestão, informática e treinamento de pessoal. Vou fazer uma comparação: no Tribunal de Justiça de São Paulo, que tem a mesma massa crítica, aproximadamente, uma revisão criminal — o Presidente sabe disso e também muitos advogados de São Paulo que aqui estão — leva dois anos e meio para ser distribuída; no Rio de Janeiro é distribuída na mesma semana. Foi resultado desse trabalho, que não foi feito pelo Ministério da Justiça, mas pelo Ministério do Planejamento, por um grupo de advogados e economistas — um dos quais, o Dr. Sérgio Renault, vai ser nomeado secretário nacional de modernização da Justiça, do Ministério da Justiça, e já está trabalhando nisso.

Unificação das polícias.

O sistema único de segurança, como dizia o Presidente Fernando Henrique, é um processo. Efetivamente, não se pode, por decreto, chegar e dizer: “Estão unidas as Polícias Civil e Militar.” É preciso unificar processos, procedimentos, cadastros, formas de comportamento, sistemas de boletins de ocorrência, permitir à Polícia Militar fazer termos circunstanciados, para depois, no final desse processo, fazer a unificação efetiva. É um trabalho que estamos realizando.

A corrupção nas instituições brasileiras é um problema sério e não pode ser ignorado. A Polícia Federal está cortando-o na carne. Os Srs. Deputados devem ter ficado sabendo que há duas semanas foram presos em flagrante 22 agentes da Polícia Federal. É um trabalho forte que está sendo feito. Pretendemos, sem nenhuma figura de retórica, transformar a Polícia Federal num FBI brasileiro. Para isso é preciso combater a corrupção. O diretor-geral da Polícia Federal, o eminente Delegado Paulo Lacerda, está fazendo isso, talvez com um pouco de dor, mas com muita eficácia e efetividade.

Quanto ao problema da segurança privada, ainda não temos solução para ele. É muito sério e está afeto ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal. Estamos estudando a questão para não tomar uma decisão precipitada, mas já existe um



grupo trabalhando nisso. Já tivemos reuniões inclusive com os vigilantes e estamos procurando uma solução que não seja precipitada, mas duradoura.

Em relação ao aumento de penas, sempre tenho dito que não gosto dessa idéia. Acho que o nosso problema não é mexer no marco normativo, fundamentalmente, e sim no marco institucional. Temos de reconstruir os instrumentos e as ferramentas que o Estado tem para atuar sobre a realidade, senão vamos perder a luta contra o crime organizado. Esperamos ganhá-la, e vamos ganhá-la.

Finalmente, acredito que tenha sido acadêmica a afirmação do Secretário Luiz Eduardo Soares, quando cogita sobre uma anistia. Ele não está aqui para se manifestar a respeito do assunto, mas acredito que isso faz parte do pensamento liberal brasileiro e de todos aqueles que se dedicam à criminologia e ao estudo do crime: existem certos presos, certos condenados que não deviam estar na cadeia. Aquele dado de que 80% das questões criminais na Inglaterra são resolvidas por penas alternativas é sério — no Brasil, apenas 7%.

Efetivamente, no País, muitos presos não deveriam estar na cadeia, mas há muitos que deveriam estar num regime mais duro. O Dr. Walter Maierovitch, um dia destes, citou um jurista italiano que diz que o criminoso pesado prefere estar com dinheiro dentro da cadeia a estar fora, sem dinheiro.

Efetivamente, para cortar a cabeça, a ligação entre o criminoso e a sua organização criminosa, entendemos que neste momento é importante uma alteração normativa. Por isso fizemos essa emenda aglutinativa, criando um regime disciplinar diferenciado.

Agradeço ao eminente Deputado Wagner Lago as palavras de estímulo. Quero dizer-lhe que a responsabilidade de combater a criminalidade é deste Governo, sim. Não estamos querendo jogar a culpa no Governo Fernando Henrique ou nos Governos anteriores. A responsabilidade é nossa. Nós a assumimos e começamos a trabalhar nela desde o primeiro dia. Batalhamos pela reconstrução institucional desde o primeiro dia. Enquanto não tivermos uma Polícia Federal equipada, um sistema penitenciário racionalizado e um Poder Judiciário rápido, não vamos ganhar a luta. Temos de ganhá-la. É claro que nada impede a tomada de medidas emergenciais. Elas foram tomadas no Rio de Janeiro, no Espírito Santo,



antes dessa tragédia. Estamos tomando medidas emergenciais em Rondônia, em Mato Grosso e em São Paulo.

A nossa idéia em relação à segurança, no contato com os Governos Estaduais, é de parceria, de induzimento, de auxílio à criação final do sistema único de segurança — é a nossa ambição, é o nosso sonho.

Critérios para construção de cadeias.

Vamos construir, num determinado período de tempo, cinco penitenciárias federais. Pretendemos construí-las em vários lugares. Já temos uma penitenciária num Estado, que vamos federalizar. Não vamos precisar construir, apenas reformar e aprimorar os sistemas de segurança. Vamos construí-las em vários Estados. Acredito que em Mato Grosso do Sul vamos construir uma; no Espírito Santo, outra. Alguns Governadores querem a construção, outros detestam a idéia de que se construa uma prisão de segurança máxima. Essa novela que se estabeleceu a respeito do prisioneiro que saiu do Rio de Janeiro e que ninguém sabe para onde vai — as pessoas ficam desesperadas com a idéia de que ele vá para o seu Estado ou para a sua cidade — é uma clara demonstração da dificuldade desse trabalho.

Em relação à descriminalização da droga, pelo que entendi, é quanto ao comércio e não ao uso — quanto a este último, parece ser pacífico entre todos os doutrinadores que deve haver.

Essa idéia tem surgido ultimamente como cogitação. A psicanalista Maria Rita Kehl escreveu a esse respeito, assim como o advogado Arnaldo Malheiros. Seria algo semelhante à Lei Seca dos Estados Unidos. Mas, durante a vigência dessa lei nos Estados Unidos, o crime aumentou assustadoramente. Quando acabou a Lei Seca, as coisas voltaram ao nível normal. Será que é possível fazer isso com as drogas? Não tenho resposta para isso. Essa questão deve ser pensada continentalmente. Não teria nenhum sentido o Brasil baixar uma medida provisória que discriminar a droga no País, porque aí seríamos invadidos pelo tráfico e pelo crime organizado de toda a América Latina.

Acredito que se poderia, como medida preliminar, conversar com outros governos, como o da Colômbia, por exemplo — não sobre discriminação do tráfico, que nunca foi cogitado pelo Governo, não faz parte das nossas perspectivas, das nossas políticas. Temos procurado estreitar os laços principalmente dos serviços de inteligência com os governos vizinhos, aqueles afetados pelo problema das drogas.



Tivemos uma reunião de trabalho com o Presidente Uribe e o seu Ministério aqui no Brasil. Está marcada reunião para o fim do mês de abril nas cidades de Letícia e Tabatinga, onde vamos nos reunir com a Ministra da Defesa e o Chefe da Polícia da Colômbia para aperfeiçoar os nossos entendimentos e melhorar um pouco a troca de informações inclusive com informações do SIVAM.

Responderei aos questionamento feitos pela Deputada Laura Carneiro, assim que S.Exa. retornar.

Agradeço ao Deputado Ney Lopes as referências. Também sou um advogado da província de São Paulo que se encontra encantado em estar no Congresso Nacional. Realmente, o custo do crime é altíssimo. Essa relação causal pobreza/crime não existe. A pobreza pode ser no máximo um fator, mas nunca uma causa de crime. As favelas do Rio não são co-autoras e cúmplices do crime. Ao contrário, as pessoas que moram lá são reféns do crime. É preciso ter bem clara essa distinção que V.Exa. fez.

A polícia comunitária é um caminho, é uma solução que temos procurado estimular e implantar. Já participei de reuniões com alguns Prefeitos sobre guardas municipais. Existem outras alternativas que têm sido experimentadas com sucesso em outros lugares, como o chamado Centro Integrado de Cidadania. Os Estados de São Paulo e Santa Catarina têm experiência razoável, e vamos inaugurar um desses centros integrados no Acre.

O Governador Paulo Souto esteve comigo esta semana e levou todo o material que temos elaborado sobre Centros Integrados de Cidadania que pretende instalar em uma das regiões mais pesadas, mais desprovidas de recurso e onde os índices de criminalidade são mais altos. Esses centros são extremamente importantes para levar o Estado onde ele não chega. Eles incluem Ministério Público, serviços sociais e emissão de documentos. Tal iniciativa tem funcionado e muito bem em alguns lugares, dentro daquela linha de prevenção do crime, não de repressão e do combate.

Ao Deputado e colega Asdrubal Bentes, quero dizer que vivemos uma situação que não sei se chamaria de excepcional, agravada talvez pelo fato de o crime organizado sentir uma atitude firme e estar tentando intimidar o Poder Judiciário e as autoridades governamentais. Imagino que não seja o caso de nenhuma das medidas emergenciais previstas na Constituição neste momento. É



claro que temos de trabalhar o lado social, mas temos de levar em conta que o Brasil não distribui renda há 30 anos e não cresce há 20 anos, o que possibilita uma massa e um exército marginal de criminalidade terrível.

Lembro-me de uma frase do Deputado Fernando Gabeira em um debate sobre movimentos femininos nos anos 70 e 80. S.Exa. disse: "*Não se pode esperar 40 anos para ter um orgasmo*". Nós também não podemos esperar 40 anos para acabar com o crime organizado no Brasil. Devemos combater agora, com os instrumentos legais de que dispomos, com algumas modificações que reconheço necessárias.

Peço perdão pela repetição, mas o fundamental para o Brasil é a construção de instrumentos institucionais republicanos.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES** – Sr. Presidente, uma indagação ficou sem resposta e gostaria de ouvir o nobre Ministro sobre a possibilidade de uma nova Assembléia Nacional Constituinte, uma vez que a Constituição será reformada em todos os Capítulos.

**O SR. MINISTRO MÁRCIO THOMAZ BASTOS** – Agradeço a V.Exa. Realmente me esqueci de responder a essa questão. Uma Constituinte é um acontecimento inaugural na vida de um povo, mas, honestamente, Deputado, não vejo relação direta entre se fazer uma nova Constituição e o combate ao crime organizado. Precisamos lutar contra o crime organizado dentro da especialização a que se referiu o Deputado Ney Lopes. Já criamos dentro da Polícia Federal um Departamento de Crime Organizado, e estamos prestes a criar o COAF, órgão responsável pela coordenação de ações voltadas ao combate à lavagem de dinheiro.

Temos de tornar mais eficientes as instituições já existentes, torná-las mais adequadas ao combate ao crime organizado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pela *TV Câmara*, pela *TV Senado* e pela *Globonews*, com os sinais oferecidos pela *TV Câmara*.

Vamos ao segundo bloco de perguntas. Estão inscritos os Deputados Paulo Pimenta, Marcelo Ortiz, Inaldo Leitão, Celso Russomanno e Dimas Ramalho.

Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta para suas considerações.



**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** – Bom dia. É com satisfação que destaco o brilhantismo e a clareza do pronunciamento do Sr. Ministro.

A partir da Constituição de 1988, praticamente todas as áreas foram objeto de reestruturação no País, desde a sua organização até a definição de papéis e financiamento.

Por exemplo, foram reestruturadas as áreas de saúde, de assistência social, de educação, os conselhos municipais e estaduais, as competências dos Municípios e dos Estados e assim por diante. No entanto, na área da segurança observa-se exatamente o contrário. Deveríamos, então, constituir um sistema nacional de segurança. Creio que a idéia seja semelhante a de um sistema único de segurança em que possam ser definidos papéis, formas de financiamento, competências. Deveria ser feita uma revisão que envolvesse todos os atores desse processo — a legislação, o Poder Judiciário, o Ministério Público, o sistema penitenciário, as polícias.

Talvez, ilustre Ministro, fosse o caso de, neste momento de mudanças no País, pautar uma reforma geral e global em todo o sistema e produzir novo modelo de segurança, capaz de dar conta da nova realidade e da complexidade do crime organizado.

Registro o meu apoio à idéia de se constituir um espaço próprio, um órgão específico que centralizasse todas as políticas de combate ao crime organizado.

Por fim, cito um exemplo de como é complexa, ampla e importante a discussão dessa questão. Fui Deputado Estadual e Vice-Prefeito de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Há um convênio da Prefeitura com a Superintendência Penitenciária do Estado que permite o trabalho de 65 apenados na Prefeitura. Fui também Secretário de Finanças no Município e, num belo dia, visitava uma frente de trabalho da Prefeitura, quando chegou um rapaz para conversar comigo: *“Vice-Prefeito, quero falar com o senhor. Vai terminar minha pena. E, se terminar minha pena, caio fora do convênio. Se cair fora do convênio, perco o emprego. Onde vou arrumar um emprego? Então queria falar com o senhor para ver o seguinte: se eu fizer alguma coisinha leve, nada muito grave e voltar, vocês me colocam no convênio novamente?”*

Então, Sr. Ministro, veja a que ponto chegamos. O detento termina de cumprir a pena. Para ter uma oportunidade, mesmo para trabalhar para a Prefeitura, teria de



fazer um concurso. Não existe um mecanismo capaz de fazer essa transição, o que faz o indivíduo ter um raciocínio como esse.

Portanto, devemos pensar com sensibilidade, grandeza e clareza na gama de políticas públicas necessárias para nos trazer paz, segurança e tranqüilidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Muito obrigado, Deputado Paulo Pimenta.

Passo a palavra ao Deputado Marcelo Ortiz.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ** – Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Sr. Presidente da Comissão de Segurança, Sr. Ministro Márcio Thomaz Bastos, em primeiro lugar, cumprimento V.Exa., Sr. Ministro, por aceitar esse desafio. Sinto-me até um pouco responsável pela decisão de V.Exa. porque, em dado momento, conversamos sobre o assunto, e cheguei a dizer que a sua capacidade, a sua competência e o seu dinamismo o obrigavam a assumir esse cargo, pois o País precisava de V.Exa. Sinto-me satisfeito por V.Exa. o ter aceito.

Faço uma rápida observação. Ouvimos vários colegas Deputados, inclusive a colega que disse que, há quatro anos, lia nos jornais a mesma notícia. Precisamos ter um pouco de paciência porque há apenas 85 dias a responsabilidade está nas mãos de V.Exa.

Há muito a ser feito, principalmente no que se refere ao problema da execução penal e do excesso nas penitenciárias. Citarei a Penitenciária do Putim, localizada na cidade vizinha de Guaratinguetá. A cidadezinha era pacata, não se esperava a prática de determinados crimes, mas eles passaram a ocorrer. Apesar disso, não houve alteração no número de policiais que cuidam da cidade, continua o mesmo. Todos os processos de execução criminal foram para a Vara da cidade de Guaratinguetá, que tinha 300 execuções e passou a ter 3.300 de um dia para outro. Obviamente, prazos estão vencendo, há gente presa que não deveria mais estar, as pessoas não conseguiram a soltura, a progressão de regime não ocorreu. O detento tem direito a um atendimento, não pode ficar preso se o prazo terminou.

V.Exa. afirma que o preso dá um salto na progressão do regime, o que, na minha opinião, é o que de pior pode acontecer. Se há a progressão de um regime prisional, ela deve ser obedecida, a fim de que seja feita a recuperação do detento. Mas se ele não passar por todas as fases, como vamos chegar a esse ponto? É algo que parece pequeno, mas é de grande importância.



Devemos educar as crianças, os seus pais, dar maior incentivo ao Fome Zero, para não continuarmos a gerar pessoas que praticam crime.

**SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ** – Há muito tempo ouvimos falar de crimes iguais a esses. Quantos juízes e delegados de Polícia já foram mortos? Ora, não se pode atribuir agora à falta de procedimento o que ocorreu em São Paulo e no Espírito Santo.

Sr. Ministro, este Deputado, novato na Câmara dos Deputados, tem a confiança de que V.Exa, com sua competência, combaterá o crime organizado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Muito obrigado, Deputado Marcelo Ortiz.

Com a palavra o Deputado Inaldo Leitão para suas considerações.

**O SR. DEPUTADO INALDO LEITÃO** – Sr. Presidente, cumprimento a Mesa, especialmente o Sr. Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que merece nossa confiança não só por ser advogado, mas também pelo conceito que goza no País.

Pergunto diretamente, uma vez que não é possível fazer qualquer abordagem sobre temas tão amplos como segurança e justiça.

Considerando que o Governo Luiz Inácio Lula da Silva elevou o superávit primário de 3,75% para 4,25%, elevou os juros a níveis proibitivos e está retirando do mercado 68 bilhões de reais para pagar juros aos bancos internacionais, com que recursos o Ministério da Justiça espera contar para fazer essa revolução que V.Exa. pretende no Ministério da Justiça?

Sr. Ministro, temos, desde o ano 2000, o Plano Nacional de Segurança Pública, elaborado pelo Governo anterior e efetivado em muitos aspectos, até porque as instituições não ficaram paralisadas durante quatro nem oito anos. V.Exa. começa agora a elaborar um novo plano de segurança pública, a percorrer os mesmos caminhos que se percorreu pelos Estados, em parceria com os Governos Estaduais. Nesse plano estão previstas várias medidas, inclusive normativas, que estão tramitando e já tramitaram na Câmara dos Deputados e, particularmente, nesta Comissão. É o caso do Projeto de Lei nº 5.073, que altera dispositivos da Lei de Execução Penal e foi rejeitado na Comissão de Segurança Pública, à exceção





dos votos do Deputado Moroni Torgan e de mais dois Parlamentares, com manifestação contrária dos partidos que hoje são da base do Governo.

Gostaria de saber de V.Exa. se esse projeto já é consensual nas bancadas que formam a base de sustentação política do Governo. Diga-se de passagem, essa rejeição ocorreu em agosto de 2002. Portanto, não faz muito tempo.

Terceira pergunta: por que V.Exa. extinguiu o serviço 0800 do Ministério da Justiça?

Quarta pergunta: que balanço, em termos concretos, excluídos os planos e as intenções, o Ministério da Justiça faz desses 90 dias de atuação?

V.Exa. anunciou que retomará a reforma do Judiciário, mas não integralmente, com base na PEC que tramita no Senado Federal e que, durante mais de dez anos, tramitou no Congresso Nacional. Aliás, trata-se de uma proposta de emenda à Constituição de autoria do Deputado Hélio Bicudo, exaustivamente discutida em uma Comissão Especial, na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e que hoje está com quase 300 emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

A pergunta é: a nova reforma do Judiciário, anunciada por V.Exa. nos jornais, tem por base a PEC, que já está no Senado, do Deputado Hélio Bicudo ou é uma nova idéia que V.Exa. apresenta ao Brasil?

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) - Com a palavra o Deputado Celso Russomanno.

**O SR. DEPUTADO CELSO RUSSOMANNO** – Sr. Ministro, fiquei muito feliz em ouvi-lo e por perceber a sensatez de V.Exa. em relação à segurança pública.

Quero fazer algumas considerações a respeito de algumas questões não abordadas por V.Exa.

Primeiro, sobre a regulamentação da Lei do Abate. Há uma situação complicadíssima na CPI do Narcotráfico. Acompanhamos vários depoimentos de pilotos que voavam no garimpo e, quando este acabou, passaram a voar e praticar o tráfico de drogas, recebendo, em média, 15 mil reais por vôo.

Os mais de trinta pilotos ouvidos foram unânimes ao dizer que, no dia em que o abate fosse regulamentado, não decolariam com uma aeronave com 400, 500 ou 600 quilos de cocaína. O perfil do piloto, Sr. Ministro, não é como o do



narcotraficante violento, que anda armado, dá tiros e mata pessoas. Ele participa do tráfico de drogas única e exclusivamente com o transporte, porque vê naquilo uma forma de ganhar dinheiro, já que começou a passar fome depois que o garimpo acabou. Esses pilotos conhecem profundamente a Amazônia.

A Aeronáutica nos mostrou fitas gravadas em que os pilotos tiram a calças e mostram as nádegas para os pilotos de aviões da Força Aérea por saberem que estes não podem fazer absolutamente nada.

Ora, se a grande quantidade de drogas chega ao Brasil por aviões, por que não se regulamenta a Lei do Abate?

A segunda pergunta, Sr. Ministro, diz respeito à carceragem. V.Exa. se referiu, com muita propriedade, à relação entre o carcereiro e o preso. Estamos nos esquecendo de apenar, também com severidade, os carcereiros que trabalham nas penitenciárias onde entram e saem celulares.

Sabemos muito bem que não são as famílias nem os advogados que os levam. Li em uma revista que a esposa de um preso, em São Paulo, chegou a ficar nua para ser revistada, pois queriam saber se ela transportava alguma coisa. A reportagem feita pela revista é muito dura. Não é esse o caminho. Se apenarmos com severidade, até com exoneração, aqueles que utilizam essa prática, com certeza o número de problemas diminuirá sensivelmente.

Fico horrorizado ao ver presídios com detectores de celulares. Estamos invertendo o caminho, ao deixar de apenar aquele que toma conta do preso para colocar mecanismos eletrônicos, a fim de que o preso não fale ao telefone e não faça — como bem disse V.Exa. — da sua cela um escritório.

A Polícia tem de ser prestigiada e isso não acontece no nosso País. Faço parte da imprensa e vejo que a Polícia só é mostrada quando erra; seus grandes acertos são pouco divulgados.

Fiz um curso na Highway Patrol, na Califórnia, e seu diretor me dizia, na década de 70: *“Nós aqui prestigiamos nosso policial, começando por seu uniforme, que é impecável, para que ele fique em condições de igualdade com aquele que está abordando na rua e não se sinta diminuído diante daquele que tem presença, carro e patrimônio”*. Falta prestígio para nossa Polícia.

Sr. Ministro, o Governo Lula deve ter em mente uma questão muito séria e importante: o planejamento familiar. Ando pela periferia de São Paulo gravando



reportagens e ouço mães dizerem: *“Por favor, Deputado, preciso fazer uma laqueadura”*. Mas quando elas me pedem isso, Sr. Ministro, já estão no quarto ou quinto filho sem pai. Essa criança, amanhã, será um delinqüente. Como podemos falar de segurança pública hoje sem planejar o futuro do País amanhã?

Sr. Ministro, são essas as questões que formulo a V.Exa. Muito Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dimas Ramalho, o último inscrito deste bloco. A seguir, devolverei a palavra ao Sr. Ministro da Justiça. Lembro aos colegas desta Comissão que a *TV Band News* também está transmitindo nossa reunião diretamente para todo Brasil.

**O SR. DEPUTADO DIMAS RAMALHO** – Srs. Presidentes da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Sr. Ministro Márcio Thomaz Bastos, em primeiro lugar, cumprimento V.Exa., Sr. Ministro, pela coragem de assumir a questão da segurança pública e entendê-la na sua totalidade.

Sr. Ministro, constato que o Estado brasileiro está se organiza para combater o crime organizado. Essa é uma triste realidade. V.Exa. está apenas há dois meses no cargo, mas a constatação é de que o Estado se organiza para combater um crime que é organizado.

Não há articulação entre os organismos que combatem o crime organizado. Cada polícia tem uma estatística; cada órgão tem uma informação, um método de combate, uma maneira de encarar a questão — não há uniformidade.

Quando se fala em narcotráfico, em combate ao crime organizado, fala-se em subir as favelas, ocupar os morros. Na realidade, Sr. Ministro, quem financia o narcotráfico, o crime organizado não mora no morro, nas favelas.

Se fizermos um levantamento entre o fato criminoso, a investigação, o inquérito, a denúncia, a condenação e a execução da pena, ficaremos assustados. Entre o fato criminoso e o efetivo cumprimento da pena, muitos crimes se perdem, o que deixa claro que há grande sentimento de impunidade no nosso País.

É alarmante, Sr. Presidente, o que acontece nas penitenciárias e nas cadeias públicas. Estatísticas demonstram — participei de várias CPIs no Estado de São Paulo — que presos fogem a todo instante, muitas vezes pela porta da frente dos



presídios. Não há controle de bloqueio de celular; medidas mínimas não são tomadas.

Pergunto a V.Exa.: há algum plano emergencial, uma vez que a situação é urgente? É evidente que morrem pessoas todos os dias, mas o caso do juiz de Presidente Prudente e do juiz do Espírito Santo, assim como o do procurador que investigava o escândalo da mandioca no Brasil e do promotor assassinado em Belo Horizonte são crimes alarmantes. Há algum tipo de força-tarefa que reúna Receita Federal, Receita Estadual, Polícia Federal, Polícias Estaduais, Ministério Público e Poder Judiciário para combater efetivamente o crime organizado? Na Itália, por exemplo, houve o combate à máfia, que custou a vida de muitos juízes, como Giovanni Falcone.

Como fazer para controlar a questão das empresas de segurança, inclusive clandestinas, que sem dúvida são um problema para a segurança do nosso País?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Muito Obrigado, Sr. Deputado Dimas Ramalho.

Com satisfação, devolvo a palavra ao Sr. Ministro da Justiça.

**O SR. MINISTRO MÁRCIO THOMAZ BASTOS** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Primeiro, quero dizer ao eminente Deputado Paulo Pimenta que, na Constituição de 1988, a segurança não teve efetivamente o espaço que tiveram outros setores da vida brasileira. Acredito que isso se deva ao fato de que estávamos saindo de um regime autoritário, ditatorial, e que por isso havia, por parte dos Constituintes, o conceito de que segurança era segurança nacional. Segurança era coisa para rico; segurança era uma forma burguesa de dominação.

Então, concordo com V.Exa. no sentido de que a segurança não teve um espaço importante na Constituição. Por outro lado, não acredito que seja necessário mudar a Carta Magna. Acho que com leis ordinárias, que devem ser elaboradas — e vou repetir isso pela décima vez —, e a mudança dos instrumentos do Estado, venceremos o crime organizado. Não o venceremos de outra maneira. Não há tiro de canhão; não há milagre; não há solução mágica. A solução é o trabalho desde o começo, é o trabalho minucioso, é o trabalho de preparar as instituições e de usá-las, porque elas já existem.

O Deputado Celso Russomanno disse que devemos ter orgulho das nossas polícias. Concordo com S.Exa. Devemos mesmo, haja vista todas as carências, a



falta de estrutura, a falta de material. Na semana passada, os telefones da Polícia Federal de São Paulo estavam em via de serem cortados. O serviço de monitoramento estava em via de perder as informações. De fato, temos de celebrar a bravura e a luta das Polícias do Brasil.

As perspectivas de ressocialização são extremamente importantes. Não dizem respeito especificamente ao crime organizado. O que disse o eminente Deputado Marcelo Ortiz, e eu também já havia mencionado, é uma realidade. A Lei de Execução Penal brasileira não é cumprida. Ela fica no plano da ficção, no plano do anseio que não se materializa, porque aquele sistema engenhoso que diz respeito não só a penas alternativas, mas também a progressão, não funciona no Brasil por causa da falta de fiscalização e da falta de presídios adequados para fazer isso. Então, o preso sai da cadeia e vai direto para a rua, para a chamada prisão domiciliar — que não é fiscalizada, ele fica em absoluta liberdade —, ou recebe uma sobrepena na cadeia, no regime fechado. Ele fica lá dentro se contaminando, se submetendo a humilhações, se pervertendo, de modo que, quando sair para a rua, será mais bandido — se é que entrou bandido.

O Deputado Marcelo Ortiz, meu amigo de tantas horas, deu-me esse mal conselho para que eu aceitasse o Ministério da Justiça. Quero dizer a S.Exa. que o Governo do Presidente Lula não está fazendo a mesma coisa que os outros Governos fizeram. Entramos com a consciência de que o problema da segurança tinha de ser enfrentado. A partir do primeiro dia, e até antes dele, já o estávamos enfrentando com as medidas de que dispomos, reestruturando e reconstruindo as instituições, os instrumentos, as ferramentas que precisamos para combater o crime organizado.

O Plano de Segurança do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mencionado pelo eminente Deputado Inaldo Leitão, foi um conjunto de medidas sem organização, sem articulação, e, pior do que isso, veio num momento em que o Governo reagia quase que “propagandisticamente” — com todo respeito. Lembro aquele episódio do ônibus 174, no Rio de Janeiro. Ele não pode ser comparado ao nosso plano. O nosso plano é articulado; prevê uma série de medidas que se entrosam umas nas outras. Sabemos que ele não é perfeito, que terá de ser modificado de acordo com a realidade, mas não é uma ladainha de medidas justapostas sem lógica e articulação tal como era o plano apresentado pelo Governo



Fernando Henrique — com todo o respeito. O plano tem questões meritórias importantes, deu motivo e razão a alguns projetos legislativos. Algumas coisas foram feitas. Mas não era um plano. Não era um conjunto orgânico e articulado de medidas capazes de enfrentar o crime organizado.

Essa, então, é a diferença entre o plano de segurança do Governo Fernando Henrique, feito nos últimos anos do seu Governo, e o nosso, que pretende instalar uma nova visão de segurança no Brasil, abrangente, sem contudo querer inventar a roda. Partimos das circunstâncias concretas, da experiência da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e da Comissão de Combate ao Crime Organizado, das experiências que temos no Brasil. Temos essa responsabilidade. Não abrimos mão dela. Temos de assumi-la, cumpri-la integralmente.

O Governador Geraldo Alckmin, com quem me reuni na semana passada para discutir alguns aspectos desse projeto que apresentamos, destacou um ponto que faz sentido — e o Deputado Marcelo Ortiz se referiu a isso. A grande queixa dos presos é que eles já cumpriram a pena e ainda não saíram da cadeia. Aqueles presos de pequena pena ficaram lá dentro e estão submetidos ao pior contágio que existe. Às vezes, não são criminosos, mas se tornam bandidos porque ficam mais tempo na cadeia, o que os fazem revoltados.

Precisamos fazer uma autocrítica geral. Assim como sabemos que o nosso plano não é perfeito, que os advogados têm larga parcela de responsabilidade, também é preciso analisar o papel dos juízes e do Ministério Público. Afinal de contas, a lei exige que se faça o controle material da legalidade das penas — material, repito. Não o controle formal. Refiro-me ao controle de ir a cadeia e ver em que condições a pena está sendo cumprida. Isso é uma ficção, nunca se fez isso no Brasil.

Os Deputados que estão aqui têm larga experiência. O Deputado Luiz Antonio Fleury foi Promotor de Justiça, Governador do Estado de São Paulo e Secretário de Segurança Pública. O controle da legalidade material das penas nunca foi fiscalizado no Brasil. O sujeito é condenado e pronto. É como a norma penal, que tem o preceito e a sanção. Gostamos de estudar o preceito, de fazer a doutrina do preceito, os conceitos do preceito. Quanto à sanção, jogamos o sujeito dentro da cadeia e o deixamos lá. Não sabemos quais são as condições em que se encontra;



se sofre violência, se tem um escritório para comandar o crime organizado. Só agora se abordam essas questões.

Precisamos fiscalizar. Vamos fazer isso por meio do departamento penitenciário. As prisões federais que vamos construir serão modelo de respeito aos direitos humanos e de dureza no tratamento dos presos.

Por tudo isso, ousamos propor essa emenda aglutinativa a ser apreciada pelo Congresso Nacional, a fim de endurecer com aqueles que precisam e aliviar aqueles que têm direitos. Os juízes, no entanto, têm de cumprir seu papel, assim como o Ministério Público. A fiscalização do cumprimento da pena não pode ser apenas formal. Temos de fazer o controle material de legalidade. Isso está escrito no texto da lei, faz parte da Constituição, e é o que tem de ser feito, sob pena de não termos possibilidade nem de recuperar aqueles que podem ser recuperados nem de punir os que precisam ser punidos. Afinal de contas, se sabemos que o prisioneiro faz da cadeia um escritório para comandar o crime, para comandar torturas, se utiliza celulares, se corrompe todos os carcereiros e guardas do presídio, o que está faltando para que se aborte esse procedimento? Fiscalização é incumbência do Ministério Público e do Poder Judiciário.

A Deputada Laura Carneiro nos dá de novo o prazer da sua presença. Praticamente já respondi a alguns dos pontos aventados por S.Exa. em sua brilhante argüição. Os bandidos se repetem, mas existem outros. Temos hoje a terrível crise da segurança nas cadeias.

Não mencionarei os nomes, mas há muitos Governadores que me procuram e pedem que sejam retirados determinados presos de seus Estados porque eles corrompem, degradam e ameaçam o sistema penitenciário. Estamos construindo e reformando penitenciárias agora. Também não temos guardas de presídio.

As questões são intrincadas, uma envolve a outra. O projeto de segurança do Governo Fernando Henrique Cardoso não tratou dessas questões, apesar de ter tomado medidas isoladas e de ter realizado muitas ações meritórias.

Estamos examinando os projetos da Comissão de Segurança no Ministério da Justiça da maneira mais célere possível. É preciso reflexão, não é possível agir do dia para noite. Todos os projetos encontram-se na assessoria do Ministério da Justiça, no Serviço de Acompanhamento Legislativo.



Quanto ao atentado ao foro do Rio, o Presidente do Tribunal me disse que receberam ameaças de que haveria um atentado no local. A Polícia Federal estava presente e tomou todas as providências possíveis, seguindo aquele sistema integrado de afastar o perigo.

Deputado Celso Russomanno, a Lei do Abate é importante e já foi votada. Falta regulamentação. Existem circunstâncias internacionais. O Presidente me determinou que a estudasse, que fizesse a regulamentação e levasse à sua apreciação imediatamente. Estamos fazendo isso e, em breve, teremos uma solução para a Lei do Abate.

A punição para os agentes penitenciários corruptos é uma luta efetiva. Acho que deve haver punição dura e rápida. É preciso usar, em relação aos processos administrativos, os instrumentos que se usam em relação ao crime organizado, inclusive verificando os sinais exteriores de riqueza e fazendo o monitoramento telefônico. Se não forem reduzidos os níveis a limites toleráveis, ficará muito difícil a luta. Estou de acordo com isso.

Sobre o prestígio, eu já falei. A questão do planejamento familiar hoje é realmente uma unanimidade. Não tenho mais elementos para falar a esse respeito neste momento, mas acredito que seja uma medida importante de forma geral para o Brasil, apesar da resistência que muitos temos feito a esse tipo de atitude.

Deputado Dimas Ramalho, de fato, um Estado que ainda se organiza luta contra o crime organizado. Enquanto não tivermos instrumentos eficazes, as nossas dificuldades serão maiores. Estamos trabalhando duro, forte e firme para a construção desses elementos.

A articulação é fundamental, por isso pensamos no sistema único de segurança no Brasil, em que os processos, os termos circunstanciados, os boletins de ocorrência, os serviços de inteligência sejam articulados não apenas em cada Estado, mas também em todo o Brasil. Isso é fácil, é barato e não é difícil de se conseguir rapidamente.

A distância entre o fato e a execução penal também é outra coisa que tem de ser debitada ao Poder Judiciário. Fizemos há algum tempo, em uma das campanhas do Presidente Lula, uma medição sociométrica de alguns processos. É comum, em um processo criminal de homicídio, que é um crime grave, haver o julgamento de júri, que leva dez anos. Com a medição que fizemos, sete anos são desperdiçados e





só três são úteis. Como são desperdiçados? A audiência não se realiza porque faltou um ofício; a reconstituição é anulada porque o advogado não foi intimado. Assim, por causa de erros bobos, perde-se 70% do tempo do processo.

Na reforma do Judiciário, é fundamental esse trabalho, que nem depende de mudança de lei. Trata-se de um trabalho de aplicação de métodos de gestão dentro das varas criminais e dos tribunais, treinamento de pessoal, investimento em informática, cuidado com os erros. Enfim, deve ser realizado um trabalho que vise o encurtamento do percurso do processo penal.

Isso pode ser feito com grande facilidade, e para isso existe, nos organismos internacionais, dinheiro disponível. Existe dinheiro até a fundo perdido para que isso seja feito. O Banco Mundial e o BID estão dispostos a fazê-lo. O BID financiou, no ano passado, o Ministério do Planejamento, o Tribunal Federal do Rio de Janeiro e da Bahia com bons resultados.

Deputado Jairo Carneiro, especialista na matéria, não considero que o projeto de emenda constitucional no Senado, mesmo que aprovado integralmente, vá resolver o problema do Poder Judiciário no Brasil. Ele não tem nada mais a ver com a sua origem, que era o projeto do Deputado Hélio Bicudo, nem com o relatado pela Deputada Zulaiê Cobra. Acabou por se tornar uma série de medidas desarticuladas. Se forem aprovadas, não resolveremos a questão.

O problema do Judiciário no Brasil se resolve com racionalização, gestão, investimento em informática e em pessoal e, na minha opinião, com um controle externo do Poder Judiciário. Essa é uma guerra antiga. Eu era Presidente da OAB durante a Constituinte e fizemos um projeto de Conselho Nacional de Justiça, mas acabamos perdendo, depois de ele ter passado por todas as Subcomissões, na Comissão de Sistematização.

Continuo achando que deveríamos ter tido uma forma de controle externo, não para invadir a independência do juiz, não para atacar a sua jurisdição ou tentar coarctar a sua liberdade, mas para controlar a execução orçamentária e financeira e fiscalizar o cumprimento dos deveres funcionais. Bastava isso para que tivéssemos um Poder Judiciário mais rápido, mais perto do povo e mais barato.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) - Muito obrigado, Ministro Márcio Thomaz Bastos.



**O SR. DEPUTADO INALDO LEITÃO** - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) - V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO INALDO LEITÃO** - Registro que as perguntas que formulei infelizmente não foram respondidas pelo Sr. Ministro, a não ser a relativa ao plano nacional de segurança pública. As demais ficaram sem resposta.

Sr. Presidente, vamos ter direito à réplica? Sei que o tempo é curto, mas fica muito difícil fazer um debate em que temos de exercitar o dom de Enéas — falar em três minutos sobre um tema tão abrangente —, e ficamos sem poder fazer o contraponto às manifestações do Sr. Ministro.

**O SR. MINISTRO MÁRCIO THOMAZ BASTOS** - Peço perdão ao Deputado. Realmente me confundi. Tentei condensar as respostas e acabei esquecendo de questões importantes.

**O SR. DEPUTADO INALDO LEITÃO** - Obrigado, Sr. Ministro.

**O SR. MINISTRO MÁRCIO THOMAZ BASTOS** – O Governo Lula está fazendo um superávit primário pesado. Isso não significa que a sua política econômica seja a mesma do Governo anterior. Simplesmente o Governo não é irresponsável a ponto de fazer uma política que acabasse por levar o dólar a cinco reais e retirar daqui todos os investimentos.

O nosso Governo tem compromisso com transformações; tem compromisso forte com o social e com as pessoas mais vulneráveis da sociedade. O nosso projeto, o projeto do Presidente, é a construção no Brasil de uma democracia de massas, em que a maioria tenha acesso aos bens fundamentais da vida.

Contudo, o que é necessário para tanto? Como diz o Presidente, é como se estivéssemos — em metáfora, mal comparando — dentro de um navio, seguindo a direção errada. Sabemos que aquela direção é errada e precisamos mudá-la, mas não podemos dar um cavalo-de-pau porque aconteceria um desastre. Esse é o sentido da nossa luta e da luta do nosso Governo.

Não seguimos simplesmente os ditames de uma política. Sabemos que é preciso investir no social. Temos consciência de que há trinta anos não se distribui renda no Brasil. Basta olhar as estatísticas para verificar isso. Há vinte anos o País não cresce. Sabemos que o País precisa crescer e distribuir renda.



É claro que não vamos fazer nem estamos fazendo nenhuma loucura. Por isso se sente a confiança internacional no País. O partido tem compromissos a cumprir com a população que lhe deu um claro mandato de mudança.

Já me pronunciei aqui, Deputado Inaldo Leitão, sobre o plano do Governo anterior. São medidas desarticuladas — com todo o respeito. Algumas têm valor, são meritórias, mas não são medidas que se constituam num plano, num programa. Vieram simplesmente como resposta àquela crise do ônibus 174, no Rio de Janeiro. Àquele conjunto de medidas não se pode comparar o plano de segurança do Governo Lula, feito no Instituto de Cidadania, plano orgânico que contempla ações, projetos, programas; que visa induzir os Estados a efetivamente adotarem práticas sadias de segurança, sem invadir, sem intervir na sua autonomia, de modo que se tenha um sistema único de segurança.

Quanto ao Projeto nº 5.073, o PT o rejeitou porque a redação original não contemplava a problemática do crime organizado e principalmente porque, naquele momento, não previa a criação de medidas capazes de pôr na rua os criminosos que não são perigosos.

A extinção do serviço 0800 foi feita porque houve um problema de não-prestação de contas, um problema administrativo, burocrático. Não podíamos mantê-lo. Contudo, o serviço 0800 já está sendo repostado. A extinção ocorreu devido a problemas com a empresa que prestava o serviço.

Creio que já tenha respondido ao questionamento em relação à PEC de autoria do Dr. Hélio Bicudo.

**O SR. DEPUTADO INALDO LEITÃO** – O balanço das ações concretas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Espere um momento, Deputado Inaldo Leitão.

**O SR. DEPUTADO INALDO LEITÃO** – Cobro respostas às minhas perguntas, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – O Sr. Ministro respondeu a todas as perguntas formuladas por V.Exa.

**O SR. DEPUTADO INALDO LEITÃO** – Estou cobrando uma resposta apenas.

**O SR. MINISTRO MÁRCIO THOMAZ BASTOS** - Qual é a pergunta, Excelência?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Sim, qual é a pergunta?

**O SR. DEPUTADO INALDO LEITÃO** - Perguntei — e está registrado, não estou criando a pergunta agora — qual é o balanço que V.Exa. faz, em termos concretos, dos noventa dias de atuação à frente do Ministério da Justiça.

**O SR. MINISTRO MÁRCIO THOMAZ BASTOS** - Faço um balanço extremamente positivo.

Modéstia à parte, foi montada uma equipe brilhante, à exceção do titular do Ministério. O Secretário de Direito Econômico está fazendo um trabalho muito bom. S.Sa. pegou a Secretaria, como eu disse, com 30% dos processos prescritos e os está atualizando. Na Secretaria Nacional de Segurança Pública está o Dr. Luiz Eduardo de Mello Soares, autoridade reconhecida em matéria de segurança. S.Sa. está colocando o plano de segurança em funcionamento. Já estive em dez Estados, já conferenciei com dezoito Governadores, tem reuniões agendadas para abril com os Secretários de Segurança de todo o Brasil e de todas as regiões. Na Secretaria-Geral de Justiça há uma promotora, a Dra. Claudia Chagas, que está fazendo um trabalho sério em relação à prostituição infantil, à exploração sexual e à violência contra o menor. No começo, ela se ressentiu pela dificuldade de articulação, porque havia muitas medidas, muita gente trabalhando no mesmo sentido e muitas ações superpostas. Estamos tentando racionalizar essas atividades.

O Presidente da República mostrou a sua determinação nesse reino de escassez em que estamos obrigados a administrar o País e assinou duas medidas provisórias. Em uma delas, aumenta em 70% o efetivo da Polícia Federal e, na outra, cria quinhentos cargos de guarda penitenciário federal.

Por outro lado, estamos com o projeto executivo pronto para construir a primeira penitenciária de segurança máxima. Vamos federalizar por esses dias — isso já está acertado com o Governador — uma penitenciária e vamos torná-la de segurança máxima em trinta dias. Estamos atuando e mostrando para o crime organizado, que é o foco, que estamos dispostos a enfrentá-lo.

A emergência do Rio de Janeiro foi acudida de todas as maneiras disponíveis. Pusemos o Exército na rua, tiramos aquele prisioneiro de lá, montamos um serviço integrado de gestão pública. No Espírito Santo, montamos igualmente uma gestão integrada de segurança pública. Em Rondônia, estamos fazendo a mesma coisa. O



Dr. Paulo Lacerda esteve lá, junto com meu Chefe de Gabinete, fizeram um diagnóstico da situação e já estamos trabalhando. No Mato Grosso, fizemos o mesmo. Nos Estados de Minas Gerais e de São Paulo, estamos trabalhando em estreita parceria com os Governadores. O Governador Aécio Neves lançou ontem um programa de segurança em parceria com o Ministério da Justiça. Estamos financiando parte substancial de toda essa empreitada, uma vez que o programa se baseia em grande parte no nosso programa de segurança.

O balanço que faço em relação a esses noventa dias de Ministério da Justiça é de muito trabalho. Entrei esperando uma coisa, aconteceu outra. No começo, eu pensava em concentrar o trabalho na reforma do Judiciário — não consegui. Mas já criamos a Secretária de Reforma do Judiciário. Estamos levantando todas as questões, buscando os financiamentos que nos foram oferecidos pelo Banco Mundial, pelo BID, pela UNESCO, pela Fundação Ford, inclusive para fazer uma grande pesquisa e dar o diagnóstico para saber quais são os pontos que realmente estrangulam o Poder Judiciário no Brasil.

Com toda a modéstia, o balanço do nosso trabalho é positivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Muito bem, colegas, com essas respostas, demos vazão a um quarto dos inscritos. O Deputado Dimas Ramalho foi o décimo inscrito. Daqui por diante, estão inscritos mais trinta Deputados da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e da Comissão de Segurança Pública para fazer perguntas ao Ministro da Justiça.

Peço encarecidamente aos Deputados que as interpelações não sejam repetitivas, para que possamos ampliar, digamos assim, o alcance desta audiência pública e obter do Ministro Márcio Thomaz Bastos a melhor eficiência, a fim de obtermos visão das prioridades do Ministério da Justiça sobre a questão da segurança pública.

Estávamos fazendo blocos de cinco. Vamos agora fazer blocos de dez. Talvez dessa forma possamos acelerar um pouco mais os trabalhos. Estão inscritos neste bloco a Deputada Sandra Rosado, os Deputados Antonio Carlos Magalhães Neto, Paulo Rubem Santiago, Wilson Santos, João Campos, Reginaldo Germano, Mendonça Prado, Moroni Torgan, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados, João Fontes e José Divino.



Como faltam apenas quinze minutos para as 13h, peço aos Deputados que cumpram o prazo concedido para fazer suas interpelações. Não queremos prejudicar ninguém, mas dar oportunidade a todos os Deputados inscritos de participar do debate.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Tem a palavra V.Exa.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO** – Sr. Presidente, embora respeite a decisão de V.Exa., pediria que fosse mantido o bloco de cinco Deputados. Dessa forma, o Sr. Ministro Márcio Thomaz Bastos poderá responder de forma objetiva, como está fazendo, sobre o problema que mais aflige a sociedade brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Deputado Luiz Fleury, aceito sua sugestão. Vamos em frente.

Tem a palavra a Deputada Sandra Rosado.

**A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou respeitar os três minutos.

Sr. Ministro, há uma focalização maior e até de forma lógica na busca de soluções para os problemas do narcotráfico, do crime organizado em Estados como o Rio de Janeiro e São Paulo. Os outros Estados brasileiros também vivem essa verdadeira tragédia que é o narcotráfico, o crime organizado e a violência urbana.

Sugiro a V.Exa. que agilize as ações, principalmente no Nordeste brasileiro, Região de onde sou oriunda, e que sejam instaladas delegacias e ampliadas as Superintendências da Polícia Federal nos demais Estados brasileiros. Além disso, sugiro que sejam instalados presídios federais em Estados para servir as regiões brasileiras com mais eficiência.

Sr. Ministro, chamo a atenção de V.Exa. para a Polícia Comunitária do meu Estado. Graças a Deus fui a autora, quando Deputada Estadual, do pedido de criação dessa Polícia, que continua com uma avaliação muito positiva. A Polícia Comunitária já é uma realidade. Ela oferece mais segurança e conta com o envolvimento da sociedade, o que é muito importante para a solução dos problemas.



Por fim, gostaria de parabenizar V.Exa. por sua afirmativa de que agora a responsabilidade é do Governo atual. Não se pode prender exclusivamente à questão de que o Governo passado fez isso ou aquilo, ou deixou de fazer. A responsabilidade é nossa, do Presidente Lula e de V.Exa., Sr Ministro.

Desejo a vitória contra o crime organizado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Muito obrigado, Deputada Sandra Rosado.

Muitos colegas das Comissões pediram-me que lesse a lista dos inscritos. Estão inscritos: o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, que é o próximo a ter a palavra, os Deputados Paulo Rubem Santiago, Wilson Santos, João Campos, Reginaldo Germano, Mendonça Prado, Moroni Torgan, João Fontes, José Divino, Maurício Quintella Lessa, Ricardo Barros, João Paulo, Wasny de Roure, José Eduardo Martins Cardoso, Perpétuo Almeida, Antonio Carlos Biscaia, Coronel Alves, Lincon Portela, Carlos Sampaio, Alceu Collares, Vilmar Rocha, Bosco Costa, Luiz Antonio Fleury Filho, Ricardo Fiúza, João Alfredo, José Roberto Arruda e José Mentor.

A lista está encerrada. Peço a compreensão de V.Exas.

**O SR. DEPUTADO VICENTE ARRUDA** - Eu acho que houve um engano. Pedi ao Deputado Moroni Torgan que colocasse o meu nome muito antes do Deputado Biscaia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Submeto a questão de V.Exa. à Secretaria da Mesa.

Tem a palavra o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

**O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO** – Sr. Presidente, Sr. Ministro, inicialmente cumprimento V.Exa. pela resposta afirmativa ao convite desta Comissão e porque V.Exa., em momento algum, se furtou ao debate do problema da violência e da segurança pública.

Reconheço também a preocupação demonstrada por V.Exa. de acompanhar de perto os últimos fatos que deixaram a sociedade brasileira plenamente estupefata, o que não deixa de evidenciar a presença do Poder Público.

Ao ouvir atentamente as palavras de V.Exa., recorro à citação feita no início da sua explanação, em que V.Exa., com muita sabedoria, afirmou que precisamos reconstruir as instituições republicanas — as polícias, o Poder Judiciário e as



instituições prisionais. V.Exa. falou da necessidade de realizar o processo de integração entre as unidades federativas. Na minha ótica, a solução está na integração, cooperação e parceria entre os diversos entes do Poder Público.

Preso, portanto, à afirmação feita por V.Exa. e de acordo com as ponderações do Deputado Dimas Ramalho, pergunto: qual ação concreta o Ministério da Justiça pode apresentar no que tange à articulação entre os serviços de inteligência das diversas polícias?

Refiro-me à questão da inteligência e da integração entre as Polícias Federal, Estaduais, Civil e Militar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Muito obrigado, Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

Passo a palavra ao Deputado Paulo Rubem Santiago, o próximo inscrito.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Ministro Márcio Thomaz Bastos, a Medida Provisória nº 112, editada dia 21 deste mês, anunciou a criação de 500 cargos de Delegado de Polícia Federal, 500 cargos de Perito Criminal Federal, 1.100 cargos de Agente de Polícia Federal, 600 cargos de Escrivão de Polícia Federal e 300 de Papiloscopista da Polícia Federal.

Antes da referida medida, o Decreto nº 4.175, de 27 de março do ano passado, estabeleceu limites para o provimento de cargos públicos efetivos no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo. No seu art. 1º, § 3º, admitiu a nomeação de candidatos aprovados, classificados e não convocados, até o limite de 50% a mais do quantitativo original de vagas.

Assim, se V.Exa. me permite, sugiro, em função do que admite a Medida Provisória nº 112, a nomeação dos concursados classificados que ainda têm o amparo do período de validade do concurso, assim como dispôs o decreto ao qual me referi. Trata-se de pleito justo, que permitiria ao Ministério, desde já, ganhar tempo, considerando o prazo para realização de concursos.

Sr. Ministro, já discutimos com o Deputado Moroni Torgan, na Comissão de Segurança, todos os aspectos do crime organizado: o narcotráfico, o roubo de cargas, o tráfico de armas, os crimes fiscais, tributários, financeiros, previdenciários, a evasão de divisas, a corrupção e a improbidade.





Concordo plenamente quando V.Exa. se refere à reestruturação das instituições do Estado e, ao mesmo tempo, à necessária reformulação da legislação.

Proponho que, dentro dos diferentes aspectos da atuação do crime organizado — na Comissão de Segurança, o entendimento também é que a causa final ou a razão precípua da atuação do crime organizado é a acumulação financeira, a compensação econômica —, especificamente na área fiscal e tributária, o Poder Executivo convoque o Legislativo, a Câmara dos Deputados e o Senado, para retomar a discussão sobre criminalidade tributária. É absolutamente inaceitável a máquina pública, especialmente a dos Estados e a Federal, impor substancial encargo de recursos às carreiras típicas de Estado da estrutura tributária — auditores fazendários, agentes de fiscalização — e, em seguida, eliminar a noção de criminalidade tributária, conforme ocorreu na legislatura passada com a extinção da punibilidade fiscal.

Temos a responsabilidade de separar a evasão fiscal lícita, dentro do planejamento tributário, do crime tributário, que representa forma de atuação do crime organizado.

De acordo com aquilo que V.Exa. muito bem citou e com a preocupação declarada várias vezes nesta Comissão de Segurança por parte de membros do Governo Federal e do Legislativo, quanto ao combate ao crime organizado, em nome da ética fiscal, não podemos tratar de maneira desrespeitosa a máquina de arrecadação fazendária, cujos agentes muitas vezes se especializam na categoria da inteligência tributária, em âmbito estadual e federal, e, em seguida, sentem-se frustrados com as sucessivas negociações que não separam o joio do trigo, no que diz respeito crime fiscal e tributário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Muito obrigado.

Passo a palavra ao Deputado Wilson Santos para suas considerações.

**O SR. DEPUTADO WILSON SANTOS** – Ministro Márcio Thomaz Bastos, inicialmente, sou Deputado do PSDB e parablenizo V.Exa. pela saúde e dinamismo que contagiam todos os brasileiros que sonham com posturas firmes no combate ao crime organizado.

Todos os dias, os brasileiros assistem às entrevistas de V.Exa., em qualquer canal de televisão, em virtude dos últimos acontecimentos. V.Exa. tem dado extraordinária demonstração de interesse ao responder às demandas da sua Pasta.



Conheci V.Exa. em 1984, em Cuiabá, quando V.Exa. foi àquele Município proferir palestras na condição de Presidente da OAB em âmbito nacional, juntamente com o saudoso Silva Freire. Naquela oportunidade, eu presidia o Centro Acadêmico de Direito da Universidade Federal. É um prazer imenso revê-lo com o entusiasmo de um garoto entre 20 e 30 anos de idade.

Apresento três perguntas objetivas, Sr. Ministro. Primeira: qual será a ação do Governo na faixa de fronteira? Meu Estado tem 710 quilômetros de fronteira com a Bolívia. Enquanto as drogas oriundas da coca dominam o mundo, é preciso determinar ações concretas. No sábado anterior, o Governador Blairo Maggi esteve em Cárceres e em Porto Esperidião com o objetivo de implantar o Batalhão de Fronteira — BFRON. É fundamental o Ministério dar respaldo ao primeiro batalhão de fronteira instituído no Estado do Mato Grosso. Toneladas de cocaína entram pela fronteira de Mato Grosso todos os meses. Trata-se de um trabalho importantíssimo. Não discuto a presença das Forças Armadas na região, assunto constitucional, mas o Governo precisa dar efetiva resposta à questão das fronteiras.

A segunda pergunta: V.Exa. acredita no controle externo do Poder Judiciário, formado por colegiado de onze membros, entre eles seis Ministros dos Superiores Tribunais ou Desembargadores?

Terceira e última pergunta: onze Ministros do Superior Tribunal de Justiça e cinco Ministros do Supremo Tribunal Federal têm filhos advogando naquela Corte. No total, são 525 processos, dados atuais, patrocinadas por filhos de Ministros do STJ ou do STF. Ex-Ministros das duas Cortes também defendem 529 ações, segundo levantamento do jornal *Folha de S.Paulo*, veiculado nos dias 2 e 9 de março.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Passo a palavra ao Deputado João Campos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS** – Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, Sr. Presidente da Comissão de Segurança Pública, Sr. Ministro Márcio Thomaz Bastos, cumprimento V.Exa. pelo seu comparecimento a esta Comissão.

Compartilho com o Deputado Ney Lopes a afirmação de que a segurança de que dispomos está vinculada à presença de V.Exa. no Ministério da Justiça.



V.Exa. é muito preparado, não apenas na parte acadêmica, mas é um homem de larga experiência, especialmente na área da advocacia criminal. Domina assuntos de conhecimento próprio, o que nos dá muita segurança. Além do mais, V.Exa. está atento a todas as questões relativas à segurança pública, sem discriminar os operadores do direito e da segurança.

Indagaria sobre a questão dos recursos, mas ela já foi apresentada pelo Deputado Inaldo Leitão e respondida por V.Exa. Há outra, que um colega abordou quando V.Exa. se referiu a situações e medidas excepcionais, relativa ao último episódio ocorrido no Rio de Janeiro, situação mais de guerrilha urbana do que de criminalidade propriamente dita.

O questionamento seguinte refere-se às polícias. No sistema de proteção da sociedade, a que V.Exa. se referiu, existem as polícias, o Judiciário e, por fim, o sistema prisional. O primeiro escudo de proteção da sociedade são as polícias, por questões ideológicas e culturais.

Ao longo das últimas duas décadas, a mídia transmitiu à sociedade, por meio de campanha institucional, o enfraquecimento das polícias. Elas foram sempre situadas numa posição de suspeita, de desconfiança, quando deveria ser feito o inverso: resgatar a credibilidade e transmitir que a polícia é o primeiro instrumento de proteção e de defesa da sociedade.

Muitos fatos contribuíram para o amadurecimento das opiniões da sociedade e do Governo. Hoje caminhamos para o ponto de equilíbrio.

Fico feliz ao ouvir V.Exa. dizer que há disposição de implementar um plano nacional de segurança, articulado, com determinação e inteligência. Não podemos continuar agindo sob coerção emocional; mata-se o Prefeito Celso Daniel e adotamos algumas medidas contra a violência supostamente em âmbito nacional.

A segurança pública exige efetivamente ações articuladas, inteligentes, determinadas, nos Executivos Municipais, Estaduais e Federal e, ao mesmo tempo, nos Poderes Legislativo e Judiciário.

Observei que as entrevistas concedidas por V.Exa. nos transmitem segurança. A reconstrução das instituições, especialmente as de segurança pública, para enfrentamento da violência, depende de alguns ajustes, do arcabouço jurídico e, necessariamente, de dinheiro. V.Exa. já abordou a questão, mas desejo dar a ela outro enfoque. Para qualificar policiais, construir penitenciárias federais ou não,



obter recursos tecnológicos e humanos, precisamos de dinheiro. Nesse sentido, indago: qual é a posição de V.Exa. com relação à verba carimbada para segurança pública? O atual fundo de segurança não dispõe de tal financiamento. O dinheiro só vai para o Estado atendendo às conveniências partidárias e eleitoreiras, não contempla política de segurança séria para o Brasil.

No que se refere ao Estado de Goiás, o Governador Marconi Perillo esteve reunido com V.Exa., salvo engano, em data recente, e falou sobre a situação de presos da Operação Diamante e Carga Pesada. Não há estabelecimentos com condições físicas de custódia. O assunto foi levado ao Ministério para que fosse encaminhada determinada solução. Não se trata de degeneração dos que cuidam do sistema, mas de ausência física para garantir a custódia.

São apenas duas questões. No mais, parablenzo V.Exa. pela exposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Obrigado, Deputado João Campos.

Com a palavra o Deputado Reginaldo Germano.

**O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Peço licença, Deputado. V.Exa. é o primeiro inscrito do próximo bloco. Conteí errado.

**O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO** – O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Tem a palavra o Sr. Ministro Márcio Thomaz Bastos para responder às interpelações feitas pelos Deputados que acabaram de se manifestar.

**O SR. MINISTRO MÁRCIO THOMAZ BASTOS** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Sandra Rosado, os presídios federais serão construídos; um já está sendo federalizado.

Vamos privilegiar claramente algumas regiões para diminuir carências. Estamos promovendo alguns estudos, e um dos primeiros presídios talvez seja situado no Nordeste.

A polícia comunitária é fundamental. Ela está sendo estimulada no plano de segurança que, aliás, a contempla especificamente como recurso-chave. Há experiências interessantes em alguns Estados do Brasil, e estou de pleno acordo em relação a tal fato.



Assumimos a nossa responsabilidade efetivamente, não somente porque assim o quisemos, mas também porque é nosso dever. O Presidente da República foi eleito com 53 milhões de votos e temos de enfrentar os conflitos. S.Exas. sabem que os da área de segurança são fundamentais. Vamos encará-los com a determinação e a força autorizadas pelo Presidente.

O Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto...

**A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO** – Sr. Ministro, pela ordem. Fiz uma pergunta em relação à instalação das Delegacias de Polícia Federal.

**O SR. MINISTRO MARCIO THOMAZ BASTOS** - Sim, as Delegacias da Polícia Federal. Estamos aumentamos em 70% o corpo da Polícia Federal e pretendemos instalar todas as delegacias criadas no plano sistêmico.

Não pretendemos atender a pressões. Faremos tudo sempre de acordo com a lógica do plano de segurança. Conforme as palavras do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, atuaremos *“num clima de cooperação, de parceria e de articulação”*.

Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, agradeço a V.Exa. as palavras. A reconstituição das instituições republicanas realmente não é figura de retórica, mas necessidade urgente e inadiável.

No que se refere à articulação e à parceria do serviço de inteligência, estamos estreitando cada vez mais tal relação. Já estamos trabalhando assim no Rio de Janeiro e em aproximadamente dez Estados, dentre eles, Minas Gerais, Mato Grosso, Rondônia, Paraná, etc. Estão sendo utilizados inclusive serviços de inteligência do Exército, cujo papel é muito importante para a execução das propostas, devido à eficiência e capacidade de obter resultados daquele comando. No Rio de Janeiro, estamos realizando importantes trabalhos em matéria de inteligência.

Deputado Paulo Rubem Santiago, considero absolutamente justo aproveitar os concursados classificados. Não sou *expert* em matéria administrativa, mas passarei algumas anotações ao Dr. Paulo Lacerda.

Em relação à criminalidade financeira e à tributária, também estou de acordo com V.Exa. Devemos combatê-las sem trégua; não podemos amolecer. Não existe, no Brasil, a cultura de punir a criminalidade tributária. As pessoas absolvem tal tipo



de crime nas suas consciências, ninguém os considera muito graves. Mudar a idéia existente é fundamental na luta contra a criminalidade tributária.

Há aqueles que não emitem recibo e sonegam com facilidade em decorrência de questões culturais e não legais. Precisamos modificar tal mentalidade, a exemplo do que já foi feito em outras áreas.

Deputado Wilson Santos, V.Exa. foi a segunda pessoa, esta semana, a me dizer que era de centro acadêmico, quando era Presidente da Ordem, o que me traz certa melancolia; o outro foi o Governador Zeca do PT.

A faixa de fronteira é fundamental. Estamos trabalhando na questão com muita pertinácia, em articulação com o Ministério da Defesa. Estamos realizando o trabalho de estudo e mapeamento, para verificar o que já existe: a Operação Cobra e o posto da Polícia Federal, na fronteira do Brasil com a Bolívia. Estamos também investigando a situação de outras fronteiras, a de Rondônia, a do Estado de V.Exa. Acreditamos na efetiva cooperação entre a Polícia Federal e as Forças Armadas.

O controle externo do Poder Judiciário também é árduo. Os juízes resistem tenazmente à sua instalação. Não acredito em controle externo eficaz com a maioria de juízes e Ministros integrando o órgão responsável. Dele devem participar os usuários, o Ministério Público, os advogados. A maioria não pode ser a que aí está, porque a instituição se torna de controle interno. Como diz o Prof. Calmon de Passos, controle interno não é controle, é consciência.

Quanto à tormentosa polêmica de filhos de Ministros e ex-Ministros, quanto aos últimos, havia, no Estatuto da OAB de 1944, dispositivo que estabelecia a quarentena de dois anos. O artigo foi derrubado pelo Supremo Tribunal Federal sob o argumento de que cercearia o direito ao trabalho. Caiu e pretendemos inseri-lo na legislação novamente.

Em relação as filhos de Ministros, é impossível estabelecer qualquer normatização. É preciso olhar cada caso. Os próprios tribunais devem dispor de sólida vigilância e, talvez, estabelecer alguma norma regimental que impeça os filhos de Ministros de advogar, não só nos casos em que seus pais forem Relatores, mas também perante a Corte em que seus genitores trabalham, porque tal fato, manifestamente, cria situações de constrangimento, além da concorrência desleal imposta a outros advogados.



**O SR. DEPUTADO WILSON SANTOS** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO WILSON SANTOS** - Há projeto de nossa autoria aprovado na Câmara dos Deputados, em tramitação no Senado Federal, cujo Relator é o Senador Demostenes Torres, em que propomos justamente o impedimento a que V.Exa. se referiu. Assim que o Senado aprovar a matéria, entrarei em contato com V.Exa., para que juntos possamos sensibilizar o Presidente Lula, a fim de que S.Exa. sancione a lei imediatamente.

**O SR. MINISTRO MÁRCIO THOMAZ BASTOS** - Perfeito. Não conheço o teor do projeto, mas estou certo de que pretende solucionar o problema.

Deputado João Campos, agradeço a V.Exa. os elogios.

A polícia brasileira precisa ser estimulada, assim como todos os órgãos de combate à criminalidade. Temos tentado fazer isso. Mostramos a determinação do Presidente de fortalecer as polícias, de trabalhar com as instituições, que serão motivo de orgulho e não de execração. Talvez os preconceitos sejam resquícios do poder autoritário.

No que concerne às mudanças denominadas “Legislação de Pânico” pelo grande advogado Evaristo de Moraes, não acredito na eficácia de tais medidas. Morre uma pessoa e é estabelecida lei específica para aquele caso. Pílulas anticoncepcionais são falsificadas e o crime transforma-se em hediondo. A falsificação de cosméticos, inclusive, é considerada crime hediondo, cuja pena é quase tão grave quanto a de homicídio. Tais circunstâncias desarticulam o sistema penal, que fica sem lógica.

O financiamento vinculado pode ser o caminho. Estamos trabalhando, como disse, no começo da minha exposição, para que Ministério da Justiça seja não mais uma simples tesouraria, mas o órgão indutor de políticas que visem à união e à instalação de processos na área de segurança, de maneira que os organismos falem entre si.

Finalmente, a questão tópica do Estado de Goiás. O Governador Marconi Perillo esteve em meu gabinete, acompanhado de outro grande amigo meu, o Secretário Jônathas Silva. Conversamos bastante a respeito dos riscos da presença,



em prisão manifestamente inadequada, dos traficantes de alta periculosidade. Estamos correndo contra o tempo. Nos próximos quarenta dias, estará concluída prisão federal, com 540 soldados e cabos recrutados entre os oficiais dispensados pelo Exército. Resolveremos essa e outras demandas absolutamente justas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Tem a palavra o próximo inscrito, Deputado Reginaldo Germano.

**O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO** - Sr. Presidente, Sr. Ministro Márcio Thomaz Bastos, participamos, há algum tempo, da famosa CPI do Narcotráfico e temos muitos amigos na polícia do Rio de Janeiro, principalmente na P2. Logo, recebemos algumas informações a respeito do crime organizado. Vou torná-las públicas agora.

No Rio de Janeiro, Fernandinho Beira-Mar já domina praticamente 80% do crime organizado, porque houve a ruptura entre duas facções criminosas inimigas de Beira-Mar, Amigos dos Amigos e Terceiro Comando. Os Amigos dos Amigos passaram a integrar a quadrilha de Beira-Mar. O Linho é o líder.

Os acontecimentos, Sr. Ministro, demonstram a organização dos criminosos. Em relação à Polícia Federal e à Polícia Rodoviária Federal, sabemos que a maior parte das drogas entram no Estado do Rio de Janeiro pelas estradas. A Polícia Federal tem organismos de informações, todo aparato para investigar o tráfico de drogas. Porém, a Polícia Rodoviária Federal, que trabalha nas estradas, no local em que a droga é transportada, não tem o mesmo poder de informação. Alguns policias federais não consideram correta a unificação das duas polícias.

Nesse sentido, indago: por que a Polícia Federal não forma agentes com especialidade em trânsito para que as informações cheguem até o terminal de apreensão em que trabalham os policiais rodoviários federais?

A minha segunda pergunta diz respeito aos agentes penitenciários. Entre 80% e 90% dos agentes penitenciários são honestos. Apenas pequena parcela pode descambar para a desonestidade. A informação de que dispomos é que, atualmente, nos presídios do Rio de Janeiro, sempre acontece algo ruim com o guarda de presídio que não faz o jogo do crime organizado. Ele é assassinado ou constantemente ameaçado.





Do mesmo modo que as notícias chegam a mim, os guardas são identificados dentro do presídio e têm sua vida pessoal investigada pelos criminosos que não estão detidos: o local em que mora a sua família, as atividades da mulher e dos filhos. Os dados são comunicados ao traficante preso, no caso, Fernandinho Beira-Mar, e o guarda penitenciário é obrigado a se corromper ou a deixar de viver. No ano passado, quatorze guardas foram assassinados sob tais circunstâncias.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Conclua, Sr. Deputado.

**O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO** – A última pergunta é sobre telefones celulares.

O Deputado Celso Russomanno disse que há bloqueadores de presídio. Podemos bloquear também as linhas? O guarda, muitas vezes, é obrigado a levar para dentro do presídio outro telefone celular, cuja linha não está sob vigilância e a questão do bloqueador fica em segundo plano.

Semana passada, no Rio de Janeiro, certo guarda do presídio de Água Santa, que não fez o jogo do crime organizado, foi assassinado. O carro dele era um Chevette 1974, que custava 800 reais. Ele não fez o jogo do crime organizado e, ali, em Piedade, na Clarimundo de Melo, ao sair do presídio de Água Santa, levou treze tiros.

Outra indagação, Sr. Ministro, é a seguinte: não é hora de qualificar tais funcionários, de reconhecer o seu valor, de pagar-lhes melhores salários, a fim de dar-lhes uma boa condição de vida?

São essas as minhas perguntas a V.Exa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Muito obrigado, Deputado Reginaldo Germano.

Tem V.Exa. a palavra, Deputado Mendonça Prado.

**O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, Deputado Federal eleito pelo Estado de Sergipe, agradeço, de público, ao Ministro da Justiça o correto comportamento em relação aos pleitos realizados pelo Governador e pelo Secretário de Segurança Pública do nosso Estado, para que a Polícia Federal agisse integrada com a Estadual no



sentido de elucidar o bárbaro crime executado contra determinado Deputado Estadual de Sergipe, que, graças a Deus, em tempo recorde, foi elucidado.

Portanto, o Governador do Estado tem realmente se empenhado para diminuir os índices de criminalidade e o número de fugas que estavam ocorrendo nos presídios de Sergipe. Certamente, contam com o apoio de V.Exa. e dos integrantes do Ministério da Justiça para lograr êxito nas suas iniciativas.

Sr. Ministro, de início, indago: a desmilitarização das polícias militares, a criação das polícias estaduais fardadas e os inquéritos feitos diretamente pelo Ministério Público são itens que fazem parte das propostas que V.Exa. deseja submeter à apreciação do Congresso Nacional?

O então candidato Ciro Gomes falava em estabelecer um piso salarial para todas as polícias no Brasil, idéia que considero interessante. Para isso, o Governo Federal complementaria a remuneração dos policiais nos Estados. Ciro Gomes é atual Ministro de Estado. A proposta de S.Exa. será posta em prática pelo Governo Lula?

O que V.Exa. pensa sobre a programação das televisões brasileiras? Elas influenciam alguma coisa? Assistimos a muitos debates sobre tais questões e queria que V.Exa. se pronunciasse sobre elas.

Como nordestino, sou cobrado pela população do meu Estado. Por isso, aproveito esta oportunidade para perguntar a V.Exa. sua opinião sobre as declarações do Ministro José Graziano em relação a nós, nordestinos. Ouvi há pouco a resposta que V.Exa. deu à pergunta do Deputado Ney Lopes. Na condição de nordestino indignado, quero ouvir a interpretação de V.Exa., Ministro da Justiça, sobre as palavras proferidas pelo Ministro José Graziano, repito, em relação a nós, nordestinos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) - Tem V.Exa. a palavra pela ordem, Deputado Moroni Torgan.

**O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro, em primeiro lugar, ressalto que poderia até pedir a palavra pela ordem, mas preferi entrar na lista de inscrição, porque vi a aflição do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh.



A medida provisória que aumenta o quadro da Polícia Federal foi de grande valia. Talvez faltem pequenos ajustes. O agente prisional, por exemplo, pode exercer outras tarefas na área de segurança.

Muitos Deputados cobraram determinada posição do Sr. Ministro. Na qualidade de Presidente da Comissão de Segurança Pública, não quero reclamar nada, mas coloco a Comissão a seu inteiro dispor para que possamos desenvolver trabalho conjunto. Já conversamos sobre o assunto, e o Sr. Ministro manifestou total anuência em relação a essa proposta.

Na Comissão de Segurança Pública, temos dois tempos. O primeiro é destinado à discussão de projetos legislativos, em que cada Parlamentar defende o seu ponto de vista. Esta é a única Comissão que tem a responsabilidade de investigar o crime organizado e outros delitos de segurança pública. Logo, no segundo tempo, o de investigação, a Comissão é uníssona, é um partido só, o partido dos Parlamentares e das pessoas de bem contra o crime organizado.

Nesse sentido, comunico à Comissão que o Sr. Ministro já me adiantou que semana que vem teremos outra reunião de trabalho, sem o comparecimento da televisão, para melhor andamento dos trabalhos.

Agradeço a V.Exa. a sua presença e peço que conte com o Legislativo. Com a união dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público, teremos a visão global do ataque ao crime organizado, a fim de garantir que as instituições brasileiras estejam prontas para enfrentá-los e para ganhar a guerra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Muito obrigado, Presidente Moroni Torgan.

Passo a palavra ao Deputado João Fontes.

**O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES** – Sr. Presidente, Sr. Ministro da Justiça, depois de todos os relatos, percebemos claramente que, no que se refere à violência, ao crime organizado e à segurança pública, os problemas são os mesmos em todo o País.

Em meu Estado já mataram promotores, jornalistas e Vereadores; agora, um Deputado Estadual. Se for assim, o próximo será um Deputado Federal. Espero que não aconteça isso, vamos torcer contra.

A situação dos presídios é a mesma. No meu Estado, a casa de detenção é para 170 pessoas e há 850 internos. Não vamos culpar o passado, pois devemos



pensar no futuro, mas as instituições estão fragilizadas. É chegado o momento de fazermos a profilaxia e a reconstrução do País, a partir das instituições públicas.

É preciso morrer algum juiz ou alguém importante para o caso tornar-se urgente, quando, na realidade, várias pessoas comuns, do povo, são assassinadas.

Peço a V.Exa. — até pela sua credibilidade, neste momento, que lhe é dada por Deus, e a fim de que V.Exa. deixe mais uma marca histórica na sua vida, a exemplo da sua militância como advogado que defendeu os direitos humanos — que sugira ao Presidente Lula a realização de seminário com a participação de Governadores e dos Secretários de Segurança Pública dos Estados para repensar o planejamento da segurança pública brasileira, a partir de ação articulada.

Talvez pudéssemos incluir também o Parlamento brasileiro, por intermédio das presenças do Presidente do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados, para que a segurança pública também receba o mesmo repasse de verbas — quem sabe 5% — garantido pelo Orçamento da União, segundo a norma constitucional.

A luta é da sociedade brasileira. As instituições constituídas devem-se reunir e propor o planejamento duradouro do setor de segurança pública. A situação não pode ficar deste jeito: a cada ano, quando morre alguém importante, a mídia volta ao assunto, diz que o Brasil virou a Colômbia e que a falta de segurança é questão emergencial.

É preciso planejar. V.Exa. tem a missão de repensar o assunto.

Em adendo ao que foi dito pelo Deputado Mendonça Prado, realizaremos audiência, na próxima sexta-feira, com o Governador e a bancada Federal, para relatar o assassinato, no Estado de Sergipe, do Deputado Estadual Joaldo Barbosa. O crime ainda não foi elucidado. Ontem, o delegado supostamente envolvido na questão cometeu suicídio. Esperamos que o assassinato seja esclarecido de modo exemplar, a fim de que aqueles que cometeram a barbárie sejam postos na cadeia. Precisamos acabar com a impunidade no Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) - Muito obrigado, Deputado João Fontes.

Deputado José Divino, V.Exa. tem a palavra para suas considerações.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ DIVINO** – Sr. Presidente, Sr. Ministro, sou Deputado fluminense. A minha preocupação é muito grande. A sociedade tomou conhecimento do assassinato do Deputado Valdeci Paiva de Jesus.

Sr. Ministro, qual será a política implementada pelo Ministério com relação aos presos que saem da cadeia com a conivência das autoridades, cometem crimes e retornam à prisão? Não é roteiro de filme. O fato ocorreu no Rio de Janeiro e continua a existir no Brasil de norte a sul e de leste a oeste.

A sociedade tem medo, porque os presos não permanecem detidos. Nesse sentido, trago a esta Comissão a dor dos órfãos, das viúvas, a dor da sociedade.

Discordo do Sr. Ministro num ponto. Precisamos mudar a Constituição. Direitos humanos no Brasil são direitos desumanos, são garantias para bandidos e não para homens de bem. A impunidade está presente. A grande verdade é que o Estado faliu. Por que não adotar no Brasil a cópia do instituto do *antidoping*, utilizado no Esporte? Trata-se de instituto internacional, com resultados pragmáticos, que pune realmente.

Fui autor de projeto similar no Rio de Janeiro e vou apresentá-lo nesta Casa. De que maneira a autoridade combate o crime se ela é também cliente? Então, se queremos moralizar este País, passá-lo a limpo, doa a quem doer, é preciso alterar a lei. O esporte tem esse instituto importante. Por que a sociedade não o utiliza? Então, defendo o *antidoping* para todos os membros do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, porque a pessoa cuja missão é defender a sociedade e combater o crime não pode ser cliente.

Infelizmente, a Polícia Federal do meu Estado e do Brasil teve o seu orçamento contingenciado.

V.Exa. falou em aumento da tropa. Parabéns. Mas é preciso liberar recursos financeiros. O Estado do Rio de Janeiro arrecadou quatorze milhões de reais e não tem dinheiro para a passagem nem para as diárias dos funcionários. É absurdo.

Moro em Campos, a 300 quilômetros da Capital. Na cidade, o índice de criminalidade é semelhante ao da Baixada Fluminense. Somos vizinhos do Estado do Espírito Santo.

Então, solicito ao Sr. Ministro que esteja atento aos problemas que vive o povo da minha região no interior do Estado.

Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Muito obrigado.  
Com a palavra o Deputado Maurício Quintella Lessa.

**O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA** - Sr. Presidente, Sr. Márcio Thomaz Bastos, Ministro da Justiça, fico extremamente feliz ao saber que o Plano Nacional de Segurança começou a ser implantado no primeiro dia de Governo.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um pacto com o povo brasileiro, porque a questão da falta segurança estava sempre entre os primeiros lugares em qualquer pesquisa de opinião acerca dos pleitos da população.

Ontem, tivemos a oportunidade de debater o assunto com o Dr. Pino Arlacchi, especialista em combate ao crime organizado, que nos relatou algumas experiências. E para ser objetivo em relação a duas propostas, gostaria de saber se poderiam ser aplicadas ou se já há alguma definição por parte do Ministério a fim de incluí-las no Plano de Segurança. A primeira é a tipificação do crime organizado. Trata-se de saber o que é o crime organizado. Em torno da tipificação, é preciso definir a prevenção e a repressão.

No que se refere à segunda experiência relatada, como o plano trata da articulação entre a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Polícia Federal e a Guarda Municipal? O crime está aí. A população não quer saber quem vai combatê-lo, se é a Guarda Municipal, a Polícia Estadual ou a Polícia Federal.

Precisamos saber de que modo o assunto será tratado, principalmente no campo da autonomia dos Estados. No Rio de Janeiro, vimos agora o exemplo da tentativa da ajuda Federal, recebida com reservas.

Além disso, Sr. Ministro, pergunto a opinião de V.Exa. sobre ponto cujo debate nesta Casa será polêmico. Refiro-me, no Projeto de Lei nº 5.073, à definição do estabelecimento prisional, a sua transferência, saindo da esfera judicial e passando para a do agente administrativo. Desejo estar convencido de que essa será a melhor solução.

Peço licença a V.Exa, Sr. Ministro, e aproveito esta oportunidade para dirigir-me ao Presidente desta Comissão, a fim de registrar, de público, que, no início desta reunião, pedi para usar a palavra pela ordem. Exerci meu direito regimental e a resposta obtida não foi aquela que mereceria. A questão não diz respeito só a mim, mas a qualquer Deputado desta Casa.



Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Deputado Maurício Quintella Lessa, peço desculpas a V.Exa. publicamente pela forma dura com que interrompi V.Exa.

Quem está na Presidência deve ter a humildade de tratar todos com igualdade. Fui duro com V.Exa. Mas mesmo que V.Exa. não tivesse feito a presente referência ao final da sua intervenção, pretendia publicamente pedir-lhe desculpas.

O Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação não tem nenhum compromisso com o erro. Não pode ser arrogante, soberbo ou indelicado com seus companheiros. Aqui, somos todos iguais. E o Presidente que ocupa ocasionalmente esta cadeira é o primeiro entre os iguais. Assim, antes de tudo, somos iguais. V.Exa. me desculpe publicamente.

Em segundo lugar, desejo apresentar uma proposta tanto aos colegas da Comissão quanto ao Ministro Márcio Thomaz Bastos. Estou agoniado, porque já são quase 14 horas e só metade dos Deputados inscritos falaram.

Vejam V.Exas: enquanto estavam sendo feitas as perguntas, fiquei sabendo que o Ministro da Justiça está sendo chamado ao Palácio do Planalto, porque está atrasado para certa reunião.

O Deputado Moroni Torgan brincou comigo, dizendo que cometi um ato infeliz hoje aqui, que seria um a mais, além dos outros, visto eu não ter anunciado que estamos sendo televisionados para o Brasil inteiro. É impossível, ao comunicar aos Deputados que estamos sendo televisionados ao vivo e a cores diretamente, contê-los e limitar as suas indagações aos três minutos.

Pelo exposto, questiono o Sr. Ministro e os Srs. Deputados se poderíamos dividir a audiência pública em duas reuniões. Os vinte Deputados inscritos seriam os primeiros a falar na próxima audiência. A partir de agora, ouviríamos as respostas do Sr. Ministro Márcio Thomaz Bastos, suspenderíamos a audiência e voltaríamos dentro de quinze dias, no dia 9 de abril, data estabelecida previamente com o Ministro Márcio Thomaz Bastos.

Estão inscritos os Deputados Ricardo Barros, João Paulo, Wasny de Roure, José Eduardo, Perpétua Almeida, Antonio Carlos Biscaia, Coronel Alves, Lincoln Portela, Carlos Sampaio, Alceu Collares, Vilmar Rocha, Bosco Costa, Chico Alencar,



Luiz Antonio Fleury, Ricardo Fiuza, João Alfredo, José Roberto Arruda, José Mentor, Vicente Arruda e Neucimar Fraga.

Muito bem, se pudéssemos cindir esta audiência pública em duas partes, hoje S.Exa. responderia a 50% das perguntas e ao restante, no dia 9 de abril.

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** – Sem maldade, sem crítica nenhuma, V.Exa. garante a televisão no segundo tempo? (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Deputado Alceu Collares, garanto a *TV Câmara (risos)*, mas os temas e a forma desabrida, transparente e profunda que meu amigo e companheiro Ministro da Justiça...

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** – Sr. Presidente, o que não tem remédio, remediado está. Declaro para V.Exa., para o Sr. Ministro e para os membros desta Comissão que sou Secretário-Geral do meu partido e está ocorrendo a reunião da Comissão Executiva, de que não estou participando em razão da importância que dou a esta audiência. Perderemos quinze dias e, no período, poderiam ser feitas sugestões de imediata aplicação, por não dependerem de questões de natureza legislativa. De repente, lamentaremos outros acontecimentos. Vou concordar com a sugestão, porque é impossível de outra forma, mas fica registrado o meu protesto, porque entendo que atualmente não há nada mais importante neste País do que discutir a questão da falta de segurança.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** - Sr. Presidente, sou o próximo da lista. Fui Líder do Governo e entendo as dificuldades do Ministro Márcio Thomaz Bastos. Queremos que S.Exa. cumpra suas demais responsabilidades, além desta de estar aqui debatendo conosco. Certamente, trata-se de debate produtivo. Muitas





das pessoas presentes têm especialidade na área. Sou o primeiro inscrito da próxima reunião e concordo com a proposta. Portanto, aguardarei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Apresentei a consulta à Comissão. Vamos votá-la ou não? Caso contrário, daremos a palavra pela ordem para cada Deputado.

Os Srs. Deputados, das duas Comissões, que estiverem de acordo em cindir esta audiência entre os Deputados que acabaram de fazer suas exposições neste bloco e os Deputados inscritos, para que S.Exas. compareçam à reunião do dia 9 de abril a fim de fazerem suas intervenções, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a sessão, por unanimidade.

V.Exa. tem a palavra pela ordem, Deputado Antonio Carlos Biscaia.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA** – Sr. Presidente, cumprimento o Ministro Márcio Thomaz Bastos pela exposição.

A matéria já foi decidida. Lembro que é intempestiva a realização da audiência daqui a quinze dias, porque a questão envolve a proposta substitutiva do Governo, do regime disciplinar diferenciado.

Faço apelo ao Sr. Ministro no sentido de que a bancada de sustentação do PT tenha conhecimento exato da posição do Governo em relação a questões em debate. Defendo-a inteiramente, apenas fiquei sabendo, neste momento, que é esta a posição do Sr. Ministro da Justiça. Peço a S.Exa. que se manifeste sobre o assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) - Deputado Jairo Carneiro, V.Exa. é o último inscrito.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** – Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. pelo entendimento assumido neste momento. Lamento profundamente não ter podido comparecer à palestra do eminente Ministro. V.Exa. declarou que a relação é a dos primeiros inscritos. Espero estar presente na próxima reunião para ser também um daqueles que terá a felicidade de fazer alguma indagação.

Quanto às urgências mencionadas pelos Deputados Luiz Antonio Fleury e Antonio Carlos Biscaia, S.Exas. poderão dialogar diretamente com o Ministro Márcio Thomaz Bastos, a fim de obterem a orientação adequada que desejam trazer ao Plenário.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Se alguém desejar apresentar sugestões e não puder aguardar o prazo de quinze dias, que medeiam esta e a próxima parte, que as entregue diretamente ao Ministro.

V.Exa. tem a palavra, Ministro Márcio Thomaz Bastos, para as considerações finais e para responder às indagações feitas neste bloco.

**O SR. MINISTRO MÁRCIO THOMAZ BASTOS** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, podemos antecipar a data de 9 de abril, se for melhor para V.Exas.

O Deputado Reginaldo Germano apresentou várias considerações extremamente interessantes. O citado prisioneiro que supostamente controlaria 80% do tráfico no Brasil só o faria por telepatia. Realmente, como disse pela televisão o Presidente desta Comissão, numa expressão um pouco viva demais, foi cortada a cabeça da relação entre ele e o tráfico organizado. E ele vai continuar a ser tratado no mesmo jeito. Ele está mudando de lugar, sairá da Penitenciária Presidente Bernardes e será levado para outro estabelecimento, em que será aplicado regime disciplinar diferenciado.

Em relação à Polícia Rodoviária Federal, estou de pleno acordo com o que foi dito. Foi enviada para o Palácio a nomeação do novo diretor da Polícia Rodoviária Federal. Pretendemos que ele despache conosco todos os dias, junto com o Sr. Paulo Lacerda, para que ocorra a interação entre as duas polícias, inclusive no que diz respeito à inteligência e à troca de informações e de experiências.

Estou de pleno acordo com a idéia de que precisamos valorizar os quadros funcionais de agentes penitenciários, policiais federais, policiais estaduais. Tais funcionários são mal pagos e sofrem as culpas que não lhes cabem. É preciso ter muito cuidado ao dizer: *“É a corrupção que precisa ser resolvida”*. Não é assim. Casos de corrupção são exceção, devem ser combatidos sem trégua. Inclusive, a vida dos agentes penitenciários é extremamente difícil. A carreira de agentes penitenciários federais é remunerada razoavelmente, com salário de 3.500 reais.

Finalmente, a questão dos celulares já foi respondida. Nas novas penitenciárias de segurança máxima, fica praticamente impossível operar o aparelho celular. De acordo com o projeto do Governo Federal, será impossível sair qualquer informação de dentro do presídio.

Deputado Mendonça Prado, de Sergipe, com relação às questões de desmilitarização da Polícia Militar, de inquérito policial para o Ministério Público e de



piso salarial, declaro que o piso salarial é extremamente importante. Quanto ao inquérito policial pelo Ministério Público, ele tem sido considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, que entende que ele não pode fazer a investigação. Recentemente, houve certo caso de grande repercussão, em Santo André, por conta disso. O inquérito policial deve ser mexido. Da maneira que está hoje, o instrumento atravanca o processo, é repetitivo e uma das causas da demora da aplicação da Justiça Penal. Não é delegando a atribuição ao Ministério Público que vamos resolver o problema. Existem outras maneiras de solucioná-lo, inclusive propostas pelo próprio Ministério Público.

Programações de TV. Estou de pleno acordo com a constatação de que esse é um problema sério. É um problema, com toda a ojeriza pela censura que nós, da esquerda, temos, que tem de ser equacionado em um código de ética. Acredito até na criminalização de certas condutas e imagino que essa questão esteja sendo estudada no Ministério. Vamos fazer uma proposta de solução para isso.

O Ministro José Graziano, na verdade, disse uma frase infeliz, mas é evidente que não teve intenção de ofender ninguém. Ele é um homem que tem militância de 30 anos na esquerda, pelos direitos humanos, na luta contra preconceitos, e não falaria isso intencionalmente. Sei exatamente as circunstâncias em que essa frase foi dita, na FIESP de São Paulo. Quando se falou em carro blindado anteriormente, ele tentou emendar e disse uma frase que, tirada do contexto, pode ser considerada ofensiva; mas não foi ofensiva.

Ao Deputado Moroni Torgan quero reassegurar nossa disposição de trabalhar em estreita consonância e colaboração com a Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados.

Ao Deputado João Fontes, de Sergipe, quero agradecer a intervenção e dizer a S.Exa que, em relação à proposta de uma reunião entre Governadores, temos já uma pauta de reuniões. No dia 07 de abril, vamos reunir todos os Secretários de Segurança Estaduais em Porto Alegre. Vamos fazer uma reunião setorial em Brasília com os Secretários do Distrito Federal, Tocantins, Mato Grosso e Goiás, no dia 09 de abril. No dia 10 de abril, haverá um encontro com todos os Secretários do Nordeste, no Piauí; em Belém, no dia 24 de abril, haverá um encontro com todos os Secretários de Estado da Região Norte.



Então, estamos articulando as aproximações e a cooperação entre as Polícias de maneira bem intensa e bem rápida. Isso já estava marcado antes das tragédias que atingiram os dois juízes.

Em relação às perguntas do Deputado José Divino, são procedentes. Temos dificuldades de dinheiro mesmo, temos parte dele contingenciado. É preciso enfrentar isso e lutar até vencer, porque há casos em que a Polícia Federal parou o monitoramento por falta de dinheiro para pagar a empresa que fazia o serviço. Quanto à situação dos presos que saem para cometer crime e que, portanto, têm alibi perfeito, é absolutamente inadmissível em qualquer sistema carcerário sério. Estamos, dentro do programa que fizemos de integração com os sistemas de segurança lá no Estado do Rio, dando especial atenção a isso, de modo que acabe, pois isso envolve corrupção, desleixo e realmente precisa ser combatido sem trégua.

O Deputado Maurício Quintella tocou no assunto do crime organizado e eu quero dizer a S.Exa. que já existe projeto aqui que cria o art. 288-A, sobre a organização criminosa. Esse projeto está na pauta para ser votado. Realmente, a lei do crime organizado tem o grave defeito de não dizer o que é crime organizado.

O Prof. Miguel Reale Júnior, eminente ex-Ministro da Justiça, mandou um projeto para cá, que está absolutamente fechado em termos de tipificação. Eu imagino que seja esse projeto que esteja aqui na Câmara.

Está sendo levantada a questão do diretor de presídio. Como disse, estou perdendo minha milhagem com a OAB, porque são medidas combatidas pela nossa corporação, mas acho absolutamente razoável, até porque o art. 66 do nosso projeto diz que compete ao Juiz da Execução a revogação das decisões da autoridade administrativa de que tratam os §§ 3º e 4º e a manutenção e/ou revogação da decisão da autoridade administrativa que determinará a inclusão do condenado no regime disciplinar diferenciado no prazo máximo de 30 dias.

Então, o poder que se dá ao diretor de presídio visa agilizar a tomada de medidas que, às vezes, efetivamente, são urgentes, mas não exime, não escapa, não tira do controle material de legalidade e do controle judicial da legalidade, precondição do Estado de Direito.

Sras. e Srs. Deputados, quero agradecer profundamente a oportunidade de vir aqui discutir este problema, participar desta confraternização, porque nós, seguramente, estamos do mesmo lado. Essa luta não é do PT, do Ministro da



Justiça, do Presidente, mas do povo brasileiro, e é uma luta que tem que assumir essas dimensões e para a qual se tem de fazer escolhas.

Efetivamente, não gosto da legislação chamada de pânico porque tem papel diversionista, de teoria de cobertura. Enquanto se trata da pena de morte, acaba-se esquecendo de que os problemas reais estão no marco institucional e não no normativo, o que não quer dizer que seja infenso ou contrário a modificações legislativas, tanto que o Governo está apresentando modificação legislativa séria e dura na emenda aglutinativa.

Agradeço a todos. Estarei presente novamente no dia 09 de abril ou até antes, e coloco-me à disposição no Ministério da Justiça, como sempre procuro estar para as Sras. e Srs. Deputados.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Informo aos membros da Comissão que já agendamos com a assessoria do Ministro a continuação desta audiência pública, que se dará quarta-feira, dia 02 de abril, a partir das 10 horas.

Vou encerrar esta reunião, antes, porém, convoco reunião da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação para amanhã, às 10 horas, neste auditório.

Muito obrigado.